



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIENCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



Thalyta Cavalcante Alencar

A REDE MEMORIAL, A PRESERVAÇÃO E O ACESSO EM PERNAMBUCO

RECIFE-PE

2017

THALYTA CAVALCANTE ALENCAR

A REDE MEMORIAL, A PRESERVAÇÃO E O ACESSO EM PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Linha de pesquisa: Memória da Informação Científica e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo Lima

RECIFE-PE

2017

Catlogação na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

A368r	<p>Alencar, Thalyta Cavalcante A rede memorial, a preservação e o acesso em Pernambuco / Thalyta Cavalcante Alencar. – Recife, 2017. 90 f.: il.</p> <p>Orientador: Marcos Galindo Lima. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2017.</p> <p>Inclui referências, anexo e apêndice.</p> <p>1. Sistema memorial. 2. Rede Memorial de Pernambuco. 3. Memória. 4. Preservação. 5. Informação I. Lima, Marcos Galindo (Orientador). II. Título.</p> <p>020 CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE (CAC 2017-176)</p>
-------	---



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

THALYTA CAVALCANTE ALENCAR

A rede memorial, a preservação e o acesso em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 23/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. DR. Marcos Galindo Lima (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^aD^{ra} Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^aD^{ra} Celly de Brito Lima (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco



AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, em todas as formas que Ele se mostrou e pelos anjos que mandou durante essa jornada; e a minha família, a base que me mantém de pé. Em especial, aos meus pais, Liduína e João Bosco, e irmãos, Thaynara e Tiago, à minha avó Expedita e meu padrinho Vicente, por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis, pelo amor de sempre, pela paciência incansável e dedicação durante esses anos. Ao meu avô Thomaz (*in memoriam*), e aos meus sobrinhos, Lívia e João, por serem um pedaço do céu na minha vida.

Aos meus amigos de longa data Julianna, Miguel, Jader, José, Hanna e Monick, por serem tão presentes e essenciais na minha vida, apesar da distância. À Karol, Wagner e Paloma por tudo que passamos e crescemos juntos, por serem uma verdadeira família. À Lucas por ser abrigo, ser meu maior ouvinte, por ser motivo de tantas alegrias e por ter me apoiado nos momentos mais difíceis nesses últimos anos.

Gratidão também a todos os meus colegas de mestrado, pelo companheirismo, por tornarem os dias mais leves, por terem me ajudado a crescer e me ensinarem tanto. Agradeço em especial à Faysa por me acolher em sua família e por ter sido, além de colega, um dos anjos enviados por Deus e uma amiga muito especial, que levarei para toda a vida. À Lígia, Ana Lívia, Moaci, Flávio, Jailiny e Mitsuo por terem cuidado de mim, cada um à sua maneira, por acreditarem em mim e não terem me deixado desistir.

Obrigada ao meu orientador Marcos Galindo, pelos desafios que me tornaram hoje uma pessoa mais forte. Aos professores, a Suzana e a todos que fazem o PPGCI, à CAPES, e à minha banca examinadora pela contribuição enriquecedora. Agradeço também aos entrevistados que me receberam durante a pesquisa, cuja ajuda, disponibilidade e confiança tornaram possível a realização desse trabalho.

E por fim, mas não menos importante, aos professores do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, em especial Ariluci Goes, João Bosco Dumont, Fanka Santos, Gracy Martins Irma Carvalho e Maria Cleide Bernardino, por serem inspiração e por terem me ajudado desde o início a chegar até aqui.

RESUMO

Pernambuco acumulou, ao longo de sua história, um importante legado de registros que, não obstante a inestimável importância da memória para a história e cultura nacional, ficaram por muito tempo descuidadamente expostos à ação entrópica do tempo, aliada a ausência de programas de incentivo ao acesso público e preservação. Partindo da percepção desse problema foi criada em 2009 a Rede Memorial de Pernambuco, um sistema baseado na articulação e no trabalho colaborativo entre as instituições de memória do Estado, responsáveis pela custódia desses registros. O trabalho lança um olhar perspectivo e prospectivo sobre a atividade da Rede Memorial de Pernambuco, analisando seus princípios e práticas. O sistema memorial pode ser visto como uma metodologia de estudo em construção, uma categoria de trabalho científico que tem ajudado a enxergar cadeias relacionais que operam no íntimo das instituições de memória. Realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre os temas de memória, preservação, acesso, sistemas e o trabalho em rede. O *corpus* foi composto por entrevistas com representantes de algumas instituições que fazem parte da Rede Memorial de Pernambuco, e traz como resultado uma análise da sua contribuição para a preservação da memória Pernambucana, e impacto no desenvolvimento de uma cultura voltada ao acesso à informação nas instituições envolvidas.

Palavras-chave: Sistema memorial. Rede Memorial de Pernambuco. Memória. Preservação. Informação. Colaboratividade.

ABSTRACT

Throughout its history, Pernambuco has accumulated an important legacy of records that, despite the inestimable importance of memory for national history and culture, have long been carelessly exposed to the entropic action of time, together with the absence of incentive programs for the Public access and preservation. Starting from the perception of this problem, the Memorial Network of Pernambuco was created in 2009, a system based on the articulation and the collaborative work among the memory institutions of the State, responsible for the custody of these registries. The work launches a perspective and prospective look at the activity of the Memorial Network of Pernambuco, analyzing its principles and practices. The memorial system can be seen as a methodology of study under construction, a category of scientific work that has helped to see relational chains operating within memory institutions. We performed a bibliographic research on the themes of memory, preservation, access, systems and networking. The corpus was composed of interviews with representatives of some institutions that are part of the Memorial Network of Pernambuco, and results in an analysis of its contribution to the preservation of Pernambuco's memory, and its impact on the development of a culture focused on access to information in institutions involved.

Keywords: Memorial system. Memorial Network of Pernambuco. Memory. Preservation. Information. Collaborative.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO7

2 MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E ACESSO NA ERA PÓS-CUSTODIAL16

2.1 MEMÓRIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO16

2.2 PRESERVAÇÃO E ACESSO26

2.3 INSTITUIÇÕES MEMORIAIS31

3 SISTEMAS E REDES COLABORATIVAS36

3.1 COMPLEXIDADE E TEORIA DOS SISTEMAS36

3.2 COLABORATIVIDADE E OS SISTEMAS MEMORIAIS42

4 METODOLOGIA47

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA47

4.2 UNIVERSO DE PESQUISA49

4.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS50

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O TRABALHO DA REDE MEMORIAL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE PERNAMBUCO52

5.1 REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO53

5.2 AS INSTITUIÇÕES E SUAS DIFICULDADES COMUNS57

5.2.1 BPE – Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco57

5.2.2 FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco58

5.2.3 Líber - Laboratório de Tecnologia do Conhecimento60

5.3 O TRABALHO EM REDE E AS SOLUÇÕES ALCANÇADAS61

5.4 AVALIAÇÃO DA RMP65

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS70

REFERENCIAS74

APÊNDICE: Roteiro para entrevistas semi-estruturadas80

ANEXO: Carta do Recife 2.081

1 INTRODUÇÃO

Os homens pré-históricos, por não possuírem habilidades inatas que lhe garantissem vantagem física, como os outros animais, tiveram que desenvolver ao longo do tempo ferramentas que lhe ajudassem a sobreviver no ambiente adverso e suprir suas necessidades. Diferente dos outros animais, porém, o homem ao modificar o seu meio e criar os seus instrumentos – que exigiam maior complexidade, técnica e articulação – desenvolveu sua racionalidade e uma capacidade especial que o distinguia dos demais: a de gerar e transmitir informação.

No seu processo de evolução, como nos mostra Shubin (2008), a laringe humana passa a adquirir a função da fonação e, a partir disso, pôde ocorrer o desenvolvimento da linguagem. Segundo Lévy (1996, p. 71) “três processos de virtualização fizeram emergir a espécie humana: o desenvolvimento das linguagens, a multiplicação das técnicas e a complexificação das instituições.”

Desde o momento em que esses homens passaram a sentir as demandas de comunicação e colaboração, e de gerar relações, ao longo do tempo, dos primeiros gestos e grunhidos desenvolver a fala, as linguagens, cantos, lendas e símbolos, surgiu também uma necessidade de deixar rastros, seja para garantir a sobrevivência do grupo, ou para transmitir para toda a posteridade a sua história, seus conhecimentos, técnicas e tradições, de guardar suas memórias e repassá-las às gerações subsequentes.

Cherry (1968) afirma que foi a partir do desenvolvimento da linguagem que os pensamentos humanos se organizaram e estes tornaram-se conscientes de si e da sua responsabilidade social. Para ele “a comunicação torna a verdadeira vida social praticável, pois comunicação significa organização” (CHERRY, 1968, p.24). Sendo assim, embora as palavras faladas não deixem provas fósseis é possível afirmar que foi a partir da comunicação e início da vida em sociedade que o homem começou de fato a evoluir.

Em princípio, a fala foi o principal instrumento de transmissão de informação e geração de conhecimento. Os chamados “homens-memória” eram portadores vivos do seu patrimônio. Eles recordavam e narravam tudo o que aprenderam com a vida e com seus precursores, difundindo através da oralidade a sabedoria acumulada pelos

antepassados. Para muitas sociedades a experiência acumulada pelos mais velhos era considerada um importante valor social. Nessas sociedades, os mais velhos tinham a missão de rememorar e contar aos mais novos os feitos de seu povo, mantendo viva uma memória coletiva, passando as suas histórias, cultura e ensinamentos por várias gerações.

A oralidade, porém, possui algumas características que podem ser vistas como limitações em se tratando de preservação e disseminação. As informações orais legítimas pertencem ao lugar e tempo específico em que foram geradas, e sua transmissão tem abrangência incerta, pois fica a cargo da memória e interpretação dos que as ouvirem, e da sua capacidade de contá-las. Isso faz com que as informações originais se alterem e ganhem novos significados à medida que são repassadas e incorporadas pelas gerações, uma característica chamada *movência*¹, sendo bastante difícil que a informação da forma como foi criada continue intacta.

Nota-se, entretanto, que a ideia de registro já vem também de longa data, pois junto ao início da comunicação oral, o homem pré-histórico já registrava e comunicava o seu cotidiano e suas ideias através da arte rupestre, usada para comunicar conteúdos que se perderam no tempo. Um pouco mais tarde, já com a invenção dos símbolos e, posteriormente, das palavras, a ideia de registro e da transmissão da informação se consolida, ganhando uma variedade de formas e suportes.

A partir da evolução do próprio homem, das civilizações e dos instrumentos e registros do conhecimento – inicialmente de placas de argila, tabuletas, papiros, pergaminhos, evoluindo até a criação do papel e mais tarde das tipografias – surgiu também a necessidade da criação de lugares que acumulassem e preservassem a memória e o conhecimento que vinha sendo produzido em escala cada vez maior. Dessa forma foram criadas as primeiras bibliotecas, arquivos e museus, com o objetivo de se tornarem verdadeiros depósitos universais do conhecimento.

Se a invenção da escrita é considerada como o grande evento que marca a separação entre a história e a pré-história, outros grandes acontecimentos devem

¹ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Educ/Hucitec, 1997.

ser destacados. Alguns deles foram: acriação das universidades no início do século XII e a invenção da imprensa de Gutenberg no século XV, tendo como resultado uma subsequente produção e distribuição de informação em massa. Isso permitiu, segundo Bernardi, “um aumento inédito na capacidade humana de reproduzir e circular informação” (BERNARDI, 2007, p.40).

Como esse aumento demandava uma organização que tornasse possível o armazenamento e a recuperação, as bibliotecas e arquivos – que passaram a concentrar esses grandes estoques de informação – começaram a elaborar as suas primeiras técnicas e métodos para ordenação e classificação. A partir disso surge também a Ciência da Informação, de acordo com Borko (1968), como

uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam os fluxos e os usos da informação, e as técnicas, tanto manual quanto mecânica, de processamento da informação, visando sua armazenagem, recuperação, e disseminação ideal (BORKO, 1968, p.5).

A informação está presente em todos os campos do conhecimento e da vida humana. Sendo objeto de estudo da Ciência da Informação, ela passou a exigir da área uma constante reflexão e atualização, ora para entender a polissemia do seu objeto, ora para saber de que forma atuar diante dos novos fenômenos e paradigmas que o circundam.

Outro marco importante, e um pouco mais recente, foi a corrida pelo desenvolvimento tecnológico desenfreado, que derrubou as barreiras de tempo e espaço para a comunicação, expandindo os limites da difusão do conhecimento. A informação que antes era um benefício de poucos, nesse contexto passa a estar ao alcance de todos que minimamente tenham os instrumentos necessários para acessá-la e a capacidade de compreendê-la.

A revolução industrial e tecnológica causou também uma revolução da informação, alterando significativamente a forma de trabalhar com esta. Se o número de publicações após a imprensa já havia aumentado de forma exponencial, após o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, e a popularização da internet, a sociedade passou por uma grande e profunda transformação. Assim emerge uma Sociedade da Informação, onde o seu acesso,

ou a falta dele, influenciam profundamente no desenvolvimento das pessoas na sociedade.

De acordo com Castells (1999) a revolução da tecnologia e da informação, ou seja, essa transformação em torno do novo paradigma tecnológico, em que a informação assume uma natureza digital; penetrou todas as esferas da atividade humana. Nesse cenário globalizado a informação ganha um valor ainda maior, possuir informação passou a ser visto como vantagem competitiva. Ela se reafirma como sinônimo de poder e desejo de um público cada vez mais exigente.

A informação deixou de ser vista como um objeto físico estático para torna-se conceito dinâmico virtual (COOK, 2012). Para as bibliotecas, arquivos e museus esse extenso fenômeno converteu-se em um grande desafio, exigindo de seus profissionais uma rápida atualização para suprir as exigências desse novo tempo, de garantir o acesso ao conhecimento democrático a todos. Estes profissionais tiveram de se reinventar e reaver suas funções para continuar cumprindo o seu papel social.

Os avanços tecnológicos das últimas décadas, em particular o da eletrônica digital, provocam impactos que se estendem por todos os aspectos da vida contemporânea. Na civilização do virtual, a metáfora dos bits substituindo os átomos parece ser pertinente. Em todas as esferas da vida contemporânea, podemos perceber os efeitos dessa transformação [...] O paradigma digital e a circulação de informação em rede parecem constituir a espinha dorsal da contemporaneidade (BERNARDI, 2007, p.42).

Instituições de memória, que há muito tinham conquistado o papel de principais provedoras do acesso à informação na sociedade, passaram então a disputar espaço com a internet e as tecnologias, por não terem, muitas vezes, condições de se valerem delas. Além da preocupação com a preservação e a disseminação, alguns dos seus desafios se constituem como a diminuição do abismo digital e do analfabetismo, a democratização da informação, e também a crescente necessidade de adaptação com as tecnologias dessa nova sociedade e as novas formas de organização, buscando assim aliar-se a elas.

Dentre os motivos que, no Brasil, estão entretendo esse diálogo está o quadro nacional de abandono de bibliotecas, arquivos e museus pelo poder público, que muitas vezes não compreende o valor estratégico dessas organizações para a preservação da memória e para o desenvolvimento social. Por esta razão as

organizações de memória acabam sofrendo pela falta de suporte financeiro, de infraestrutura, de investimentos na capacitação e em recursos humanos e tecnológicos. Esse problema acaba inviabilizando esses órgãos diante da própria sociedade em que atuam.

Diante de tantos impasses e da necessidade de avanço, os chamados lugares de memória (NORA, 1984) se veem forçados a buscar soluções em vieses não tradicionais para cumprir da melhor forma o seu trabalho, e garantir democraticamente a preservação e o acesso à memória. Ao lado disso, as sociedades contemporâneas, após passarem por tais mudanças, viram emergir neste cenário uma nova consciência e forma de atuação, baseada na ideia de colaboração e do trabalho em rede.

Essa ideia parte do raciocínio de que quando um grupo de indivíduos compartilha as suas dificuldades, capacidades, conhecimentos e expectativas, e o trabalho de identificar falhas e pensar estratégias para solucioná-las se torna coletivo, é mais provável que os resultados sejam alcançados de forma mais rápida e produtiva para todos os envolvidos, com uma redução considerável dos custos e esforços.

Pensando então na noção de conjuntos formados por várias partes que pensam, interagem e trabalham de forma colaborativa em prol de algo, introduz-se a ideia de sistema memorial, um conjunto de organizações de missão memorial que, ao interagirem em torno de objetivos comuns, se tornam uma rede de colaboração. São as bibliotecas, arquivos, museus, dentre outras organizações que compartilham das mesmas dificuldades e objetivos, agindo como uma rede e pensando juntos em soluções que envolvem o resgate, guarda, preservação e disseminação do patrimônio memorial e das informações de interesse histórico e cultural que custodiam (GALINDO, 2015).

Essa ideia segue e apoia-se em uma abordagem sistêmica de pensamento. Em resumo o pensamento sistêmico surge “buscando superar as limitações da perspectiva analítica no tratamento do vasto conjunto de novas questões que não encontram no seu arcabouço a abordagem adequada.” (KASPER, 2000, p.18-19). Esta tendência se contrapõe, de certo modo, ao pensamento analítico, por

considerar as suas concepções mecanicistas e reducionistas insuficientes para entender alguns fenômenos não cartesianos, como os sociais.

Como um complemento às abordagens da ciência clássica, o pensamento sistêmico busca compreender as situações em seu contexto e com toda sua complexidade, compreender as interações e a organização entre os vários elementos que compõem o todo. A sistêmica não nega o pensamento analítico, mas vai além dele. Usa dados de modo complexo, abrindo a possibilidade para respostas múltiplas para o mesmo problema.

Em se tratando de fenômenos sociais a visão sistêmica mostra-se ainda mais adequada, visto a autoconsciência e liberdade de escolha humana, as suas ações e os reflexos dessas, que modificam constantemente as situações e inviabilizam uma abordagem puramente mecânica.

Assim, tomando por base o pensamento sistêmico, e percebendo, de um lado um rico patrimônio histórico e cultural de importância universal perdendo-se, vulnerável à degradação, e do outro a ausência de programas e políticas públicas capazes de garantir a preservação e o acesso desses bens memoriais de Pernambuco; unidos pelos problemas em comum, e conscientes dos vários benefícios do trabalho colaborativo, é que foi pensada, em 2008, a Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial de Pernambuco (RMP), objeto deste estudo.

Com o propósito de articular soluções do bem comum, inicialmente reuniram-se o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano e o Laboratório Liber da UFPE em uma iniciativa de cooperação mútua para pensar estratégias de preservação de seu patrimônio e herança cultural. Após essa primeira iniciativa, várias instituições, profissionais e pesquisadores passaram a compor a rede. Juntas, essas instituições que, embora diferentes em alguns de seus propósitos, têm em comum uma missão memorial e compartilham de algumas dificuldades e objetivos, formarameste complexo organizacional.

Entender como funciona o sistema memorial a partir do estudo sobre a RMP, e de que forma a colaboratividade têm potencializado/ pode potencializar o trabalho com preservação da memória, elemento tão importante para o desenvolvimento e

para a formação identitária e cultural dentro das sociedades, foi então a principal motivação e justificativa para a realização do estudo aqui apresentado. Além disso, embora o universo estudado seja uma realidade nova e desconhecida, a possibilidade de estar em contato com um conhecimento histórico e cultural tão rico e com pessoas que trabalham para que todo esse patrimônio não se perca foi bastante valiosa e profissionalmente enriquecedora.

Diante disso, o trabalho colocou como problema de pesquisa a seguinte questão: a criação e o trabalho da Rede Memorial têm contribuído de fato para a preservação e acesso da memória de Pernambuco?

Para melhor responder essa pergunta, foi feito um recorte da pesquisa, pois embora o projeto da rede memorial tenha se expandido e ganhado abrangência nacional a partir de 2011, o estudo se delimita somente à análise do que esse trabalho têm significado para a realidade de algumas instituições pernambucanas, que foram importantes protagonistas no projeto desenvolvido pela RMP nos últimos anos, uma parte já citada anteriormente. Dados complementares foram ainda obtidos a partir de algumas instituições que fazem parte e atuam hoje na Rede, mesmo que de forma não tão frequente.

O objetivo geral do trabalho foi, dessa forma, entender como funciona a Rede Memorial de Pernambuco, descrevendo as suas características e princípios, assim como as atividades que realiza em torno da preservação e do acesso aos bens memoriais. Os objetivos específicos foram assim definidos:

- a) Discutir os conceitos de memória, preservação, acesso, e sistemas, bem como a perspectiva adotada pela Rede Memorial.
- b) Analisar as instituições de memória e o seu trabalho a partir da ideia de sistemas memoriais.
- c) Descrever e investigar a Rede Memorial de Pernambuco, a fim de responder ao questionamento posto como problema de pesquisa.

A partir do caso de três instituições do Estado, a pesquisa traz ainda em seu bojo alguns, tais como: Em que contexto interno as instituições aderiram à rede? Quais as dificuldades e anseios foram comuns entre elas? Quais as soluções e práticas comuns foram estabelecidas? A rede têm realmente contribuído para um melhor

desempenho das instituições memoriais envolvidas no que tange a preservação e a promoção do acesso às informações por elas custodiadas? Quais as principais falhas da rede memorial? Quais as perspectivas futuras?

Esses questionamentos foram parte de um roteiro de entrevistas realizadas tanto com os representantes de cada instituição escolhida, quanto com pesquisadores atuantes na rede, na tentativa de fazer emergir um panorama mais complexo da atuação e eficácia da RMP, em aspectos que vão desde o desenvolvimento das instituições separadamente, aos resultados do seu trabalho colaborativo na preservação e na garantia ao acesso à memória do Estado.

Dessa forma, para melhor entendimento, o trabalho é dividido em 6 capítulos, que agora serão brevemente abordados. Na Introdução apresentamos uma breve contextualização do tema abordado, a linha de raciocínio que o trabalho segue e o seu objeto de estudo, assim como os objetivos, problema e justificativa da pesquisa.

Em seguida são apresentados dois capítulos de referencial teórico. No capítulo 2 – Memória, Preservação e Acesso na Era Pós-custodial, são apresentados e discutidos os conceitos de memória e preservação partindo tanto de uma visão mais geral quanto de perspectivas específicas dentro da Ciência da Informação. Logo em seguida abordamos o problema de como a Sociedade da Informação e as grandes mudanças ocorridas com o avanço da ciência e tecnologia impactaram a forma de gerar, gerenciar, disseminar e preservar a informação no mundo, e trouxeram consigo muitas exigências e desafios para os profissionais da informação e para as instituições memoriais.

No capítulo 3 - Dos Sistemas às Redes Memoriais, é apresentada inicialmente a Teoria Geral dos Sistemas e a abordagem sistêmica como uma forma alternativa de se fazer e compreender a ciência, baseada na interação e colaboratividade. A partir disso, introduz-se a ideia de Sistemas Memoriais, para em seguida descrevermos a Rede Memorial de Pernambuco, principal foco do trabalho.

Para fundamentação teórica dos capítulos 2 e 3, referentes aos temas de memória, preservação, Teoria dos Sistemas, sistemas memoriais, dentre outros, serão utilizados como base principalmente os trabalhos de Bertalanffy (1977), Le

Goff (1990), Castells (1999), Kasper (2000), Morin (2011), Galindo (2012, 2015) e Gouveia Junior (2012, 2015).

O capítulo seguinte, dos Procedimentos Metodológicos, trata do caminho e dos processos e percursos metodológicos seguidos para a realização da pesquisa, sua categorização, e os métodos escolhidos tanto para a coleta quanto para análise dos dados.

No quinto capítulo, Análise e discussão – O Trabalho da Rede Memorial na Preservação da Memória de Pernambuco, são expostos os resultados obtidos a partir da coleta de dados da pesquisa, um panorama de como as instituições que compõem a Rede Memorial de Pernambuco estão se organizando e trabalhando coletivamente na preservação e garantia de acesso da memória do estado, a partir do relato de seus representantes. Por fim, nas Considerações Finais são expostas as últimas reflexões e conclusões da pesquisa, bem como os encaminhamentos para pesquisas futuras.

2 MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E ACESSO NA ERA PÓS-CUSTODIAL

Neste capítulo serão abordados os conceitos de memória e preservação, e de como as grandes mudanças ocorridas com o avanço da ciência e tecnologia alteraram e continuam alterando a forma de gerar, gerenciar, disseminar e preservar a informação no mundo, assim como o próprio valor da informação. A partir deste debate se expõem alguns dos principais desafios da Ciência da Informação, das instituições de memória e dos seus profissionais nessa nova realidade dinâmica de transformação, e da crescente necessidade de adaptação para cumprir sua responsabilidade social diante de um novo contexto global.

2.1 MEMÓRIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O conceito de memória e o entendimento da sua função social são fundamentais para compreensão do que será tratado neste trabalho. A polissemia do termo memória, assim como do termo informação, dá a possibilidade de atribuição de variadas concepções e diferentes sentidos, de acordo com a área do conhecimento e as particularidades do contexto em que está sendo empregado. Entretanto, geralmente está associada à capacidade biológica humana de armazenar e recordar as suas lembranças e informações passadas. Como observa Le Goff (1990, p.423), a memória “[...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

De acordo com Oliveira,

Desde o tempo em que a memória era considerada um dom divino, na Grécia Arcaica, passando pelo processo de laicização, a partir do qual foram desenvolvidas as técnicas mnemônicas, pela retórica, pela ética, até o período no qual passou a ser estudada na perspectiva científica, muitos foram os pensadores e cientistas que contribuíram para melhor compreensão de seu conceito e dos fenômenos a ela relacionados (OLIVEIRA, 2010, p.34).

A autora afirma ainda que a memória era considerada na antiguidade algo místico, religioso. Através dos homens-memória, dos poetas, a deusa Mnemosine se expressava e os concedia o dom da rememoração. Mesmo sem ser uma memória

“palavra por palavra”, ou seja, pela rememoração se tratar mais de uma reconstrução do que de uma memorização mecânica (Le Goff, 1990), esses homens com o seu labor é que mantinham a coesão dentro dos grupos.

Na verdade essa memorização pura não era vista como essencial. Marilena Chauí na apresentação do livro de Ecléa Bosi (1994) afirma que “Lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (CHAUÍ, *In*: BOSI, 1994, p.20). Longe de ser cristalizada, a memória

permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 46/47).

Foi então por meio da oralidade, dessa antiga tradição de manter a memória dos povos através da perpetuação de suas histórias, costumes, lendas e saberes pela fala, que se deram as primeiras formas de guardar, transmitir e atualizar o conhecimento humano pelas gerações e, assim, preservar muitas das culturas e ensinamentos milenares as quais temos acesso hoje, até a sua gradativa marginalização e rejeição por parte de alguns estudiosos, com o desenvolvimento da escrita muitos anos mais tarde.

A memória foi rebaixada do status de autoridade pública para o de um recurso auxiliar privado. As pessoas ainda se lembram de rituais, nomes, canções, histórias, habilidades; mas agora é o documento que se mantém como autoridade final e como garantia de transmissão para o futuro. (THOMPSON, 1992, p. 50)

Como Thompson (1992) afirma acima, a memória assumia um importante papel nas sociedades. A palavra falada foi por muito considerada o documento oficial dos homens, era através dela que se fechavam acordos, que se educavam as gerações e se transmitiam os feitos, práticas e tradições dos antigos, sendo essencial para a continuidade e perpetuação da história, para o fortalecimento de culturas e formação da identidade dos mais novos.

Embora o entendimento sobre o que vem a ser memória em primeiro momento tenda a remeter ao que parece ser um processo puramente individual, do

homem que viveu o acontecido e que dele se recorda, o sociólogo francês Maurice Halbwachs(1990)²inaugura em seus estudos um outro pensamento, o de Memória Coletiva. Ele afirma ser a memória um fenômeno social, fruto das relações sociais e de uma construção coletiva, embutida mesmo que inconscientemente em cada pessoa inserida dentro de uma sociedade.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p.26).

Segundo Le Goff (1990), nas sociedades sem escrita a memória coletiva era mantida basicamente por três interesses: para revelar a idade do grupo (através dos mitos de origem), para manter o prestígio das famílias dominantes e para a transmissão do saber técnico. De fato, as principais memórias que foram mantidas através dos tempos são as mais objetivas (o ensinamento das práticas) e as ideológicas, que se referem, principalmente, aos recortes de grandes feitos das sociedades ou de grandes homens, heróis populares.

Além disso, Dodebei (2011, p.37) alerta para o certo equívoco em se considerar a memória da humanidade como uma acumulação homogênea de lembranças. Para ela “este *constructo* deve ser apreendido como a ‘trama’, sempre em movimento, formada por várias singularidades: memória de quem, em que lugar, em que época?” O resultado dessa escolha e desses movimentos históricos reside nos valores e identidades produzidas e se transforma em legado, em patrimônio memorial dos grupos para suas gerações futuras.

A oralidade, porém, possuía alguns limites. Todo o conhecimento gerado e compartilhado oralmente ficava a mercê da memória e da capacidade de reprodução daqueles que ouviam no momento em que era produzido. Dessa forma, preservação e disseminação da memória eram aspectos que, em grande parte, não existiam para o conhecimento neste estado. Só a partir das primeiras mnemotécnicas e do registro

² 1990 é a data da publicação portuguesa. A publicação original da obra *Memória Coletiva* data de 1950, cinco anos após Halbwachs ser morto em um campo de concentração nazista na Alemanha, durante a 2ª Guerra.

que a memória da humanidade começa a se eternizar e atravessar de fato os limites físicos da fala.

A escrita abriu um espaço de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, no qual tornava-se possível tomar conhecimento das mensagens produzidas por pessoas que encontravam-se a milhares de quilômetros, ou mortas há séculos, ou então que se expressavam apesar de grandes diferenças culturais ou sociais (LÉVY, 2000, p. 114).

Essa percepção foi responsável pelo início da transição das sociedades puramente orais para as sociedades que dominavam a tecnologia da escrita. Le Goff (1990) citando Leroi-Gourhan – segundo o qual a memória pode ser dividida ainda em três tipos: memória específica, memória étnica e memória artificial – afirma que o desenvolvimento da escrita veio com a evolução social e urbanização. Afirma ainda que ela surge a partir da criação de monumentos, comemorações, do calendário, até os primeiros documentos. Os grandes reis e imperadores, por exemplo, criaram as primeiras instituições de memória cujos registros narram os seus feitos, seus heróis, sua autoridade e as conquistas de guerra.

A memória oral há muito é alvo de grandes críticas por não se tratar de uma memória “pura”. Cabe ressaltar, porém, que embora o documento seja uma memória fixada, o autor alerta para o seu caráter construído e seletivo. Ele (o documento) também “resulta de um esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprios” (LE GOFF, 1990, p.548). Ele é uma montagem, manipulada pela sociedade que a produziu. Tanto o que é lembrado quanto esquecido foi por muito determinado por mecanismos de controle, e pela luta entre grupos. Assim, é seguro concordar que muito da memória que tornou-se história, como afirma Walter Benjamin, é de certa forma a história dos vencedores, instrumento e resultado de um antigo jogo de poder.

A partir da invenção da escrita e a evolução dos registros e suportes, do papiro e pergaminho ao papel, ocorreu um gradativo aumento das informações registradas e a necessidade da criação dos primeiros locais para preservar toda essa memória e cultura que estava sendo produzida ao redor do mundo. Além disso, cresce uma preocupação com a perda da identidade dos grupos sociais, uma vez

que a memória do cotidiano, as tradições e os rituais mnemônicos iam perdendo força e tornando-se gradativamente efêmeros.

[...] a comunicação passou de oral a escrita. Isto teve como consequência, por um baixo custo energético, multiplicar a informação (cópia de manuscritos, imprensa, fotocópia) e memorizá-la, permitindo assim exteriorizar, primeiro nas bibliotecas, uma das funções do cérebro humano, que é a memória (LE COADIC, 1996, p.6).

Dessa forma surgiram os chamados “lugares de memória”, termo adotado por Pierre Nora em 1984. De acordo com Dempsey (1999), são os arquivos, bibliotecas e museus, que detêm o patrimônio da humanidade, a memória cultural, artístico e intelectual dos povos, que nos conectam com o passado e guardam o nosso legado para as gerações futuras. São instituições que contribuem diretamente para a prosperidade, uma vez que apoiam a aprendizagem e a realização pessoal.

Oliveira (2010) chama atenção, porém, para o fato de que mesmo esses lugares sendo socialmente instituídos e legitimados para a preservação da memória dos povos, eles estão vulneráveis à diversos fatores, como econômicos, administrativos e até ideológicos. Segundo ela, “não é difícil identificar casos onde os argumentos utilizados na política de gestão de informação são destituídos de qualquer reflexão sobre a questão da memória” (OLIVEIRA, 2010, p.41). Algumas dessas dificuldades serão exploradas no tópico 3.3.

Em todas as discussões levantadas sobre memória individual, coletiva ou social surgem contribuições e aspectos dos mais antagônicos, vindos de diferentes pesquisadores e áreas. Algumas delas, principalmente no campo da história e antropologia, seja ela oral ou escrita, tendem a associar a memória referindo-se ao que é passado, porém cada área a entende a partir de suas particularidades e dos aspectos estudados. Como elas, a Ciência da Informação investiga a memória a partir de variadas vertentes, em grande parte devido a sua natureza interdisciplinar. Essa variedade de abordagens parece derivar também da origem da área. Pinheiro (2005) afirma que

A Ciência da Informação tem dupla raiz: de um lado a Bibliografia/Documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira o foco é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as aplicações tecnológicas

em sistemas de informação, proporcionadas pelo computador (PINHEIRO, 2005, p. 16).

De acordo com Saracevic (1996) a Ciência da Informação teve sua origem junto à revolução científica e técnica após a Segunda Guerra Mundial. Segundo este autor, a CI tem três principais características: ela é interdisciplinar, está relacionada com a tecnologia da informação e “tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia.” (SARACEVIC, 1996, p. 42). Ainda sobre esse o aspecto social da área Le Coadic afirma:

A ciência da informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural (LE COADIC, 1996, p.21).

Pensando no conceito de CI e nas diversas abordagens do seu objeto de estudo, no seu trabalho “Epistemologia e Ciência da Informação”, Capurro (2003) identifica três paradigmas que marcaram a Ciência da Informação, são eles: físico, cognitivo e social. No primeiro a informação é vista como coisa (Buckland, 1991), ela assume um sentido mais técnico e o foco está no documento e encontrar os melhores mecanismos para sua recuperação, independente do conteúdo que carregavam.

O segundo paradigma, o cognitivo, surge quando o foco volta-se para o usuário e suas necessidades de informação. Percebeu-se que por trás de uma base de dados existe um usuário tentando formar conhecimento. Com o foco no comportamento do usuário, este não podia ser visto como um ser isolado, mas sim como resultado de um contexto histórico, social e cultural específico no qual está inserido. Dessa forma surge o terceiro paradigma, o social. Nele a informação é entendida como um produto coletivo de uma sociedade, que é dotada de conhecimentos e formas de ver o mundo prévios.

De acordo com Le Coadic, “o que caracteriza a Ciência da Informação é a mutação epistemológica do estudo do documento para o estudo da informação.” (LE COADIC, 2001, p.523). A falta de consenso na área sobre alguns conceitos, como os de memória e informação, parece ser, nesse sentido, apenas mais um reflexo

dessa condição constantemente mutável de abordagens e perspectivas que esta tem assumido.

Importante salientar que, embora a Ciência da Informação tenha surgido como esse campo do conhecimento necessário, que volta os seus esforços para entender os fenômenos, resolver os problemas informacionais e promover o acesso numa sociedade na qual a informação é um fator cada vez mais relevante, temos que algumas questões essenciais, como a memória, ainda são discussões periféricas, como constatam Oliveira e Rodrigues (2009, p.227) em seu estudo sobre a ocorrência do tema na produção da área, ao afirmarem que “apesar da pertinência da realização de pesquisas sobre memória na Ciência da Informação, é intrigante perceber como são raros os estudos que se propõem a discuti-la, seja em seu aspecto cognitivo, seja em seu aspecto social.”

Oliveira (2010), partindo do estudo do *Traité de Documentation*, de Paul Otlet, e do artigo *As we may think*, de Vannevar Bush, publicações de grande impacto para consolidação da área; identifica inicialmente três principais possibilidades de abordagens sobre a memória na CI: a memória como capacidade mental humana, a memória advinda do uso de tecnologias e por fim a memória social, relacionada à tradição e ao compartilhamento e preservação dos registros informacionais.

Outros autores da área têm levantado alguns questionamentos, principalmente pelo contexto atual, que presencia a memória assumindo uma natureza digital e tudo que isso implica no tocante à organização, preservação, acesso e uso dessas informações. Distante, porém, da tentativa de fazer aqui um levantamento complexo sobre as diversas contribuições e as diferentes perspectivas de memória trabalhadas na CI, é importante que algumas ressalvas sejam feitas sobre a vertente trabalhada neste estudo. A primeira é que ela parte de um pensamento que enxerga como de máxima importância um outro aspecto relacionado à memória, que vem aos poucos chamando atenção dos pesquisadores: o seu papel social.

Sobre o papel social das ciências e da própria informação, Oliveira (2007, p.25) afirma que eles “têm uma enorme responsabilidade na contemporaneidade, especialmente um compromisso ético-político, na medida em que o conhecimento

que constroem deve servir de suporte para determinações políticas e construção de valores”. A autora afirma ainda que a partir da compreensão das relações sociais históricas e suas contradições, e da exposição do saber é que se podem encontrar meios para superação da desigualdade social, e completa:

Tal postura representa uma aglutinação de esforços frente a massificação de estudos tecnicistas, virtuais, positivistas, tão presentes à área da CI, quando se procura o fortalecimento de uma perspectiva de análise da informação mais social e mais crítica. (OLIVEIRA, 2007, p. 87)

Essa crítica, longe de desprezar a importância de outros estudos, como os de viés tecnológico, constata certa segregação dos estudos sociais na CI, mesmo que já exista certo consenso do reconhecimento do papel da memória para o desenvolvimento sócio-econômico e do uso da informação como instrumento para transformação social e construção da cidadania.

Marteleto (2001) chama atenção, porém, para um erro corrente que existe nos estudos na Sociedade da Informação, o da utopia da comunicação e distribuição igualitária da informação, sem que sejam levados em consideração alguns fatores e conflitos contextuais das sociedades. Para ela:

A pergunta que pode nortear os estudos da hoje chamada "sociedade da informação" no país é de como, numa sociedade onde convivem níveis diferenciados de integração simbólica e cultural, podem ser criados certos mecanismos que levem ao diálogo, à participação e à troca entre o conhecimento científico e diferentes ordens de saberes e conhecimentos, para o desenvolvimento e a transformação social (MARTELETO, 2001, p.4).

Pensaremos então, a memória e os processos que a circundam – como a sua preservação, por exemplo – enquanto fator gerador de movimentos e mudanças na sociedade, quando devidamente socializada. A mobilização em torno do acesso democrático a memória, à educação e à troca de saberes, garante a construção do conhecimento e dá sustentação a uma base sólida para a ampliação e apropriação de iniciativas que visam o crescimento social, econômico, político e cultural do país.

Dito isso, percebendo que o estudo sobre memória pode partir de diferentes e inúmeras perspectivas, inclusive dentro de uma mesma área de conhecimento, cabe a apresentação da segunda ressalva, de que a perspectiva aqui adotada envereda por uma linha investigativa específica dentro da Ciência da Informação, cujo

entendimento parte da ótica de que a memória “é projetada para o futuro, ou seja, para o que está sendo feito ou precisa ser feito, objetivando a preservação e a disseminação de informação.” (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012, p. 213).

A concepção de memória que adotamos nesse trabalho é uma visão herdeirada documentação Otletiana, ou seja, de memórias passíveis de gerenciamento, preservação e disseminação. Refere-se então àquela contida em informações registradas em algum tipo de suporte, ou seja, a memória manuseável e gerenciável, que pode ser recuperada através de instrumentos de gerenciamento de informação, preservada e disseminada em larga escala, por um longo tempo e para além dos limites geográficos, sem que o seu valor e autenticidade se percam. Aproxima-se, dessa forma, mais do conceito de patrimônio memorial, posto que o conceito de memória em si é muito mais abrangente.

Para Galindo (2015, p.71), são as memórias que já foram “objeto de canonização e registro escrito e, que, por escolha social ou de particulares indivíduos foram selecionadas para custódia permanente e perpetuação como interfaces materializadas da inteligência de determinados grupos sociais.” e que para a CI não podem ser vistas somente pela ideia de pretérito, elas se aproximam mais da ideia de estoques de informação, como afirma Barreto(1994), e da herança cultural humana.

Assim, o autor afirma que os documentos centenários são objetos de estudo de mesmo valor das informações produzidas hoje, pois não cabe a essa área a reconstituição da história, e sim entender a natureza dos registros e os fenômenos que vão da sua criação ao seu uso. (GALINDO, 2015). Sendo assim, de acordo com essa perspectiva, toda informação produzida e registrada tem importância para a CI. Para melhor ilustrar seu pensamento, o mesmo autor elaborou onze princípios da memória (2015, p.79-80):

1. Informação é a única matéria prima da natureza que se multiplica quando é distribuída;
2. A tarefa da memória reside no resgate, no tratamento, na preservação e na promoção do acesso aos registros da inteligência;

3. A memória é uma representação ou projeção da inteligência, e como tal sempre será fragmentar, linear e temporal;
4. Inteligência é um processo social operado pelos indivíduos, e a memória é seu destino final;
5. Para se expressar como interface, em alguma instância, a memória necessita do aporte da tecnologia, para materializar-se (documento) e permitir a formação de estoques (acervos);
6. A memória destina-se ao acesso. Memória e acesso são partes de um mesmo processo, sem o acesso a função social da memória é nula;
7. São os excedentes da economia que remuneram a ação das instituições de memória e viabiliza a circulação da memória;
8. O senso de valor dos bens da memória é variável e as organizações que se desdobram da tarefa da memória, paradoxalmente, podem ser entendidos como sistemas socialmente secundários, principalmente nas sociedades que ainda não alcançaram a condição de desenvolvimento;
9. Para os interesses da C.I. memória não é lembrança (biológica) nem história (rememoração); memória é registro. Esta definição se faz para se evitar as armadilhas da polissemia e a confusão terminológica;
10. Na perspectiva da Ciência da Informação (conhecimento registrado), a memória e a informação podem ser compreendidos como sendo a mesma coisa;
11. Somente a memória registrada é gerenciável.

Dos princípios acima, elaborados por Galindo (2015, p.79-80), embora alguns sejam alvo de questionamentos pertinentes, destacamos nesse estudo os que se referem a memória enquanto o acervo de patrimônio documental, dos registros do conhecimento capazes de gerar transformação e desenvolvimento social e cultural quando compartilhados. Esse conhecimento não se esgota, ele aumenta à medida que é disseminado, e a democratização do seu acesso é um dos grandes desafios das instituições de memória na atualidade, assim como a sua preservação, que será objeto do próximo tópico.

A pesquisa partirá, então, de alguns dos princípios de memória citados acima para compreender, no cenário atual, o papel dos profissionais que trabalham com informação e o da própria Ciência da Informação, enquanto área do conhecimento

que se ocupa da preservação, guarda e disseminação da memória, partindo do reconhecimento que o acesso à informação e memória é fundamental para o desenvolvimento das sociedades, para a formação social, política, histórica e cultural dos indivíduos e, como afirma Pollak (1992), é um elemento constituinte da identidade individual e coletiva, importante para a coerência e continuidade do grupo.

2.2 PRESERVAÇÃO E ACESSO

A preservação é um termo que têm se popularizado em vários âmbitos da vida humana, principalmente em meio à crescente preocupação com a degradação do meio ambiente e suas terríveis consequências. Tornou-se uma função também das instituições memoriais, sobretudo arquivos e bibliotecas, após o aumento da produção informacional e a percepção da importância do acesso a essas memórias a todos, direito³ fundamental garantido constitucionalmente. Fato é que nas últimas décadas este vem sendo um dos seus mais importantes e desafiadores trabalhos. Motivo pelo qual esse tópico é fundamental para o prosseguimento da pesquisa.

Preservar vem do latim *praeservare*, que etimologicamente significa observar, guardar e proteger previamente. Trata-se, no âmbito documental, de um conjunto de ações que visam a salvaguarda de bens culturais. Segundo Pinheiro e Granato (2012),

Os bens culturais são o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos. Reconhecendo essa importância, faz-se mister transmitir da melhor maneira possível esse patrimônio cultural às gerações futuras. Nesse sentido, se inserem os conceitos de preservação, conservação e restauração desses bens (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p.26)

Embora já tenham sido aqui expostos alguns esforços do homem na história para manter e transmitir os seus conhecimentos – através das transmissões orais e da escrita, por exemplo – e estes esforços em determinada época tenham se configurado como importantes práticas de preservação, o tipo de preservação aqui

³ BRASIL, Legislação Federal. **Lei de Acesso à Informação (LAI) Nº 12.527**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>

analisado parte da visão mais atual do protagonismo humano no trato de sua memória, acompanhando as evoluções das fontes e registros de informação.

No entanto, tão importante quanto aprofundarmos o olhar sobre os atuais processos de preservação marcados pela tecnologia, é antes apresentar o trabalho clássico da preservação para esclarecer a mudança de paradigma que vem aos poucos ocorrendo, e embasar o gradativo desligamento com alguns desses pensamentos tradicionais, muitas vezes retrógrados.

Castro (2008) encontra na historiografia evidências que mostram as primeiras ações de preservação de registros de informação datando a antiguidade. Cita, por exemplo, o uso de óleos repelentes em papiros sagrados por parte dos egípcios e em países do Oriente Médio, a guarda de documentos em caixas de madeira, recomendada por Horácio, a adoção de substâncias vegetais, a encadernação de livros no Império Romano, o acondicionamento de escrituras sagradas budistas envoltas em tecidos de seda no século XV, dentre outras práticas em todo o mundo.

O mesmo autor chama atenção para a falta de estudos e as lacunas históricas existentes quando se trata em preservação documental no Brasil. Segundo ele, as primeiras referências encontradas nesse sentido são de iniciativas que tiveram o seu início no século XIX, a partir dos esforços contra as ações danosas de insetos bibliofagos, presentes sobremaneira em países da zona tropical devido o seu clima (CASTRO, 2008).

Hollós (2010) considera como um importante marco da preservação no Brasil a criação do Arquivo Público do Império entre 1824 e 1838, hoje o Arquivo Nacional do Brasil. Cita também a inauguração da sala de consultas em 1874 (marcando o papel social dos arquivos como difusores de informação); a criação de uma seção de restauração e microfilmagem de documentos em 1958; além de inúmeros esforços para garantir a integridade dos documentos no decorrer do tempo.

A década de 30 no Brasil é marcada pelo início de uma extensa legislação protecionista, com a criação da proteção legal ao patrimônio artístico e histórico brasileiro previsto na Constituição Federal de 1934 e, posteriormente, a criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, o primeiro órgão de proteção ao patrimônio que hoje se trata do IPAHN (PEREIRA, 2012).

Todo esse reconhecimento legal do valor dos registros informacionais como patrimônio histórico-cultural e herança das sociedades foi um dos principais impulsionadores dos trabalhos e pesquisas em preservação. Junto a isso, o grande aumento da produção documental passou a chamar atenção para a importância de uma gestão que visasse a organização, preservação, recuperação e uso desses documentos.

Os arquivos sentindo essa necessidade, nesse momento passam a estipular o ciclo de vida dos seus documentos e classificá-los a partir da Teoria das Três Idades⁴ – corrente, intermediária e permanente – de forma a auxiliar a tomada de decisão do que deveria ser guardado e por quanto tempo, assim como melhor classificar os documentos que poderiam ser descartados e os que tinham prioridade na preservação, conservação ou restauração.

A partir dessa classificação, os documentos que se encaixavam na última categoria necessitavam de tratamento especializado. Eles passavam por um conjunto de procedimentos que observavam os principais fatores internos e externos de degradação que atingiam esses materiais e as principais medidas e cuidados necessários para que isto fosse retardado. Foram investigadas as instalações e condições ideais de luminosidade, temperatura e umidade para cada tipo de acervo, por exemplo. Destacam-se dentre as medidas de preservação e conservação a preocupação com fatores como segurança, manuseio, acondicionamento, higienização, desinfestação, dentre outros.

De acordo com Conway (2001) os conceitos de preservação e conservação se confundiam nas décadas passadas, porém, hoje faz-se necessária a distinção destes. A conservação divide-se em duas categorias: a preventiva, que utiliza métodos passivos para aumentar a durabilidade do acervo (como a climatização e o acondicionamento ideal); e uma segunda categoria que realiza intervenções físicas individualizadas nos documentos, como os processos de higienização e pequenos reparos (HOLLÓS, 2010).

A preservação, por outro lado, é um conceito mais amplo que envolve atualmente vários processos, políticas, atividades de gerenciamento de recursos e

⁴SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 4. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

de tomada de decisões, dentre as quais se incluem os processos de conservação acima citados. Hollós (2010, p.14) afirma ainda que a preservação “para além da conservação física dos suportes materiais, constitui-se hoje como parte de um corpo representado também pela gestão, o acesso e a difusão da informação e do conhecimento”.

Para Conway, “Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais” (CONWAY, 2001, p. 14). É consenso, hoje, que todos esses processos e medidas de intervenção devem visar tanto o retardo da deterioração do acervo quanto à promoção do acesso e uso dessas informações.

Porém, por muito tempo ainda persistiu a ideia dos profissionais sobre a preservação de que os objetos informacionais, essencialmente físicos, só estariam preservados da deterioração se mantidos longe do acesso do público. Essas ideias que supervalorizavam a salvaguarda guiaram e legitimaram um longo período de práticas custodialistas – muitas ainda predominantes –, que vão em direção diretamente oposta a um dos mais importantes papéis das bibliotecas e arquivos, de divulgadores do conhecimento.

A reflexão sobre a natureza custodial como uma prática “danosa” à memória é uma realidade contemporânea cujos debates tomam cursos interdisciplinares, balizados na premissa de que: poder de guarda deve ser substituído pela necessidade de difusão e acesso da informação. Essas reflexões sugerem mudança de paradigma: vislumbra o fluxo da memória de um contexto de privilégio, exclusivismo, ao uso e acesso da informação de forma democrática (SANTOS; LIMA; SOARES; 2015, p. 12)

A Controladoria Geral da União reafirma isso ao colocar o Estado como guardião, e não proprietário do bem público, sendo assim toda informação produzida e custodiada por ele pertence à sociedade (CGU, 2014). A nova consciência é de que as informações custodiadas devem ser disponibilizadas, uma vez que podem representar conhecimento potencial. Diante disso, os profissionais, segundo Ribeiro (2005), têm de abandonar a postura de guardiões, que apenas conservam, organizam e disseminam documentos e assumir o posto de gestores da informação no seu mais variado contexto de produção e fluxo informacional. Para ela,

A visão tradicional entrou definitivamente em colapso e a tecnologia está na gênese de um novo paradigma em que o objeto “documento” – bem valorizável na categoria de “patrimônio”, que importa conservar como testemunho material não só porque contém informação, mas também porque constitui um artefato inserido na cultura de uma dada época – está rapidamente a ser substituído pelo objeto “informação”, entendida como fenômeno humano e social, que se torna cognoscível e potenciador da produção de conhecimento científico sobre si próprio (RIBEIRO, 2005, p. 4).

De fato, a constante evolução tecnológica tem papel central nessa mudança de paradigma. Ferramentas e técnicas revolucionárias surgidas ao longo do tempo, como a digitalização e a microfilmagem permitiram a preservação e disseminação da herança memorial com bastante rapidez e em larga escala para as gerações futuras, sem que necessariamente os documentos originais fossem expostos à grandes riscos.

Nessa nova realidade, que não exclui a anterior, mas traz outras perspectivas, a preservação permeia o universo digital e, de acordo com Conway (2001), assume junto com as novas possibilidades, diferentes significados: possibilitar o uso, até de documentos que muitas vezes não estão mais com os seus originais legíveis; proteger o item original; manter os objetos digitais disponíveis, já que deve haver o trabalho de migrar sempre que necessário os objetos convertidos para garantir o seu acesso.

Ao mesmo tempo, por o documento não ser mais necessariamente físico e se constituir em um ambiente digital que o transfere em segundos e ultrapassa os limites físicos, surgem desafios para lidar com a incomensurável quantidade de informação que já é produzida digitalmente e impossível de ser preservada na íntegra, sendo mais um desafio para os profissionais da informação na contemporaneidade o de decidir dentre os nascidos digitais o quê e de que forma será preservado desde o momento da sua criação (RIBEIRO, 2005).

Todo esse trabalho envolve diversos estudos e planejamentos estratégicos, como formas de armazenamento, sistemas, hardwares e softwares uma vez que, apesar da preservação digital ser uma solução atrativa, ela torna-se rapidamente obsoleta, necessitando de constante atualização e organização para melhor tomada de decisões.

A informação gerada em meio digital trafega em redes cada vez mais velozes e efêmeras. Preservar estas estruturas, ao menos em parte, em termos de conteúdo e ambiência tecnológica, é um dos maiores desafios que arquivistas, profissionais da área de tecnologia da informação e conservadores buscam superar (HOLLÓS, 2010, P.28).

Cada uma dessas mudanças que circundam o universo das informações e seus processos traz questionamentos e dúvidas quanto ao futuro das instituições e profissionais que atuam nessa área. Junto com as mudanças, novos desafios que ultrapassam a capacidade de adaptação de práticas. Eles vão além e exigem a adoção de novos pensamentos e um enorme trabalho de conscientização diante da complexidade dos problemas que surgem nessa nova e mutável realidade.

2.3 INSTITUIÇÕES MEMORIAIS

Assim como é sabido que a informação representou o grande passo para a evolução do homem há milhões de anos, hoje ela é um dos fatores de maior importância, se não o maior, no desenvolvimento das sociedades e de seu crescimento econômico. A visão de informação como poder é reforçada por vários episódios históricos universais que envolvem desde o controle do acesso às informações como muitas vezes sua censura ou completa destruição, como nos inúmeros casos de queimas de livros e bibliotecas.

Na chamada “Sociedade da Informação” o acesso ao conhecimento e as tecnologias passam a representar alguns dos mais fortes instrumentos de poder, e centro das atenções e ambições. Essa máxima pode ser explicada a partir de Castells (1999), ao afirmar que o que caracteriza a revolução tecnológica é a forma como as informações podem ser aplicadas para a geração de conhecimento e de dispositivos de comunicação em um ciclo cumulativo de inovação e uso.

Está se delineando uma era na qual ter acesso à informação (e discernimento para melhor usufruir desse acesso) está diretamente ligado ao desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos indivíduos. É ter os instrumentos necessários para pensar soluções criativas, gerar conhecimento, tomar decisões corretamente e se sobressair.

O século XXI caracteriza-se por um desenvolvimento sem limites da ciência e da tecnologia, provocando novas necessidades, novas atitudes. Configura-se uma sociedade que busca o conhecimento e novos modelos que possibilitem interpretar e compreender o mundo: mentes que se antecipam, pessoas autônomas no pensar, sentir e fazer, com a capacidade de julgar situações, baseando-se em ideias e em fatos. Num mundo marcado pela explosão informacional destacam-se, portanto: a abordagem da realidade complexa através de ferramentas cognitivas; a construção de representações mentais; o desenvolvimento de competências e habilidades; e a reflexão em torno da apreensão e da compreensão da informação pelo sujeito (VARELA, 2006, p. 16/17).

Nesse contexto de explosão informacional e desenfreado crescimento na produção e divulgação de informações, pensar na sociedade contemporânea pós-Segunda Guerra Mundial, marcada pela emergência das tecnologias de informação e comunicação, para Bernardi (2007, p. 39) “implica, obrigatoriamente, buscar a forma como esta entende, consome e apropria-se de informação” e entender como a sua evolução está associada aos diferentes processos informacionais ocorridos ao longo do tempo.

A expressão “Sociedade da Informação” ou para alguns “Sociedade do Conhecimento” surgiu no fim do século passado e vem sendo bastante utilizada nos últimos anos. No primeiro volume da sua trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura” (1999) chamado “A Sociedade em Rede”, Manuel Castells chama atenção para o novo paradigma tecnológico e aponta alguns de seus aspectos que “representam a base material da sociedade da informação” (CASTELLS, 1999, p.108).

Segundo ele, as características desse paradigma são: 1) tem a informação como sua matéria-prima; 2) o meio tecnológico penetra e molda todos os processos da atividade humana; 3) em todo tipo de processo e organização de complexas interações pode ser implantada a lógica de redes; 4) capacidade de reconfiguração e reorganização, alta flexibilidade em uma sociedade em fluida e em constante mudança; e por último 5) crescente convergência das tecnologias e de diferentes campos em um sistema integrado (CASTELLS, 1999).

As características apontadas acima revelam bem o contexto dessa sociedade, marcada por constantes mudanças, a maioria delas cunhada pelo avanço irreversível da tecnologia, que em certo ponto é também causa de retrocesso diante

de algumas ações humanas. Tais mudanças, por sua profundidade, exigem um nível de adaptação em todos os segmentos e setores sociais. O cenário exposto no tópico anterior é um claro exemplo do nível das mudanças e dos desafios de adaptação emergentes.

Se a primeira Revolução Industrial foi marcada pelo uso das máquinas substituindo o trabalho físico humano, nessa nova revolução as tecnologias começam a substituir também o trabalho mental humano. O ponto central aqui são as tecnologias de comunicação, a ciência e a informação, não enquanto puro objeto sem finalidade, mas como um importante meio e recurso estratégico para alcançar o desenvolvimento político, econômico e social, ao passo que a falta do seu acesso acirra ainda mais abismos sociais e desigualdades.

Importante não só para o desenvolvimento intelectual, social e econômico, a corrida em busca de informação e memória é uma angústia também cultural. Os “lugares de memória”, termo cunhado por Pierre Nora em 1984 citado anteriormente, surgiram segundo o historiador, da necessidade de se criarem próteses de memória que evitassem o desaparecimento da memória nacional, do desejo por um sentimento de identificação que desse à sociedade o seu significado e razão de existir. Esses lugares eram não só os arquivos, museus e bibliotecas, mas as celebrações, aniversários, rituais, festas, monumentos, personagens, símbolos e etc.

Tais espaços responsáveis pela guarda, preservação e disseminação dos registros de memória foram se multiplicando à medida que o homem não conseguia mais armazenar na memória biológica a quantidade de informação que estava sendo produzida. Desde então, eles passam por diversas transformações. Uma das mais atuais eclodiu com a Sociedade da Informação. Desde então, a produção, distribuição e consumo informacional ganhou proporções gigantescas, porém, cabe ressaltar que nessa nova era da informação falar em registros não significa mais, necessariamente, falar da visão tradicional dos documentos impressos, dos livros.

É lugar comum considerar-se a informação como condição básica para o desenvolvimento econômico juntamente com o capital, o trabalho e a matéria-prima, mas o que torna a informação especialmente significativa na atualidade é sua natureza digital. (CAPURRO E HJORLAND, 2007, p.149)

Embora as informações e todo o trabalho em seu entorno tiveram sua natureza alterada, alguns profissionais ainda resistem em acompanhar a nova dinâmica, insistindo em manter certos pensamentos e práticas, já obsoletas, como o custodialismo. A prática custodialista, como já exposto, vem de uma antiga cultura de guarda que visava a preservação e conservação dos documentos em detrimento do seu acesso e uso, sendo assim, estando o documento longe do público a função social da informação não existia.

Como afirmam Gouveia Junior; et. al. (2015, p.82) “um organismo que não se reinventa ante a adversidade está fadado ao desaparecimento”. A contemporaneidade exige, ao passo que também oferece possibilidades, de outro tipo de cultura, pós-custodial. Diante dessa realidade, os lugares físicos depositários da memória das sociedades e os seus profissionais, se veem pressionados pela necessidade latente de atualização, tanto dos seus serviços e práticas como da sua função social, e se defrontam com diversos desafios. Segundo Galindo (2012) o advento da informação digital

impõe a necessidade condicional do desenvolvimento de estratégias de preservação e o princípio do acesso e uso social da informação. Isto se dá graças a natureza do conhecimento que é um processo social operado na ponta pela inteligência dos indivíduos. O produto desta inteligência tem como destinatário final a memória na forma de registro. Como o rio corre para o mar, à memória destina-se o acesso, e assim, memória e acesso são faces comuns do complexo processo do conhecimento, sem o acesso, a função social da memória é nula (GALINDO, 2012, p.38).

Importante ressaltar, porém, que essa evolução não chegou para todos, ela é excludente à medida que uma parcela considerável da sociedade, mormente a brasileira, ainda não tem acesso tanto às tecnologias quanto ao direito à educação. A inclusão social e digital é um desafio contemporâneo, segundo Wersig e Nevelling (1975) o problema da transferência do conhecimento para quem dele necessita é uma responsabilidade social e a verdadeira razão da existência da Ciência da Informação.

Junto dessa missão e da nova cultura informacional instaurada, na qual a internet, as redes sociais e comunidades virtuais ocupam espaço importante no processo de compartilhamento e troca de informação e na geração de conhecimento, cresce (mesmo que em ritmo lento) o número de iniciativas e de

novas estratégias dos lugares de memória. Muitas bibliotecas, arquivos e museus, buscando atender as demandas de suas comunidades, já passaram a se preocupar, por exemplo, com a digitalização dos seus acervos, com a viabilização do acesso à informação em seus mais diferentes suportes, a criação de estratégias de socialização e valorização cultural, o incentivo ao trabalho em rede, dentre outros.

A nova base social, embora excludente por sua própria natureza, passa a ser estabelecida sobre esta nova cultura informacional, não sob alguns aspectos isolados do cotidiano, mas tornando-se o próprio suporte do novo paradigma que se estabelece. Assim, muda a forma como nos relacionamos, consumimos, trabalhamos ou, de forma mais abrangente, como entendemos e nos relacionamos com o mundo (BERNARDI, 2007, p.42).

Vê-se como urgente a mudança de consciência e postura dos profissionais que tem como labor a informação. A alarmante previsão de que essas profissões perderiam sua função de certa forma parecem coerentes quanto à continuidade de algumas práticas tradicionais frente ao que a sociedade hoje exige.

Tais mudanças já começam a tomar força nessa nova realidade social, junto com a Sociedade da Informação, ao emergir também um modo diferente de pensar e uma nova forma de trabalho e interação. Percebeu-se em estratégias, como na cooperação e trabalho coletivo, a solução criativa para problemas que atingiam, e ainda atingem, diferentes conjuntos dentro da sociedade e uma forma de otimizar suas ações, reduzindo custos e esforços desnecessários, dentre eles os profissionais da informação.

Os fenômenos informacionais na nova configuração social, econômica e cultural reafirmaram a complexidade que rege o trabalho humano, a imprevisibilidade do seu comportamento e as consequências disso, que não seguiam as regras puramente lógicas e estáticas da ciência moderna.

O próximo capítulo tratará, então, da emergência de um novo modo de entender a sociedade, de atuar no mundo e de se fazer ciência, baseada nessa noção de trabalho coletivo, e de como isso pode ser e está sendo aplicado nas instituições de memória, que são convidadas a uma reelaboração do seu perfil de trabalho, de suas funções, organização, administração e principalmente de pensamento.

3SISTEMAS E REDES COLABORATIVAS

A seguir trataremos ideias que enfeixam um novo modo de conceber e entender a ciência, fugindo das concepções mecanicistas e reducionistas, e se aproximando da percepção da complexidade da inteligência humana. É a partir dessa ótica que compreendemos as articulações entre as instituições de memória como sistemas memoriais, cuja interação tem como objetivo potencializar as diversas atividades na área do tratamento, preservação e disseminação da informação.

3.1 COMPLEXIDADE E TEORIA DOS SISTEMAS

A ciência convencional moderna, da forma como a conhecemos hoje, foi construída e fundamentada sob um modo de pensar analítico. Essa forma de observar os fenômenos naturais teve o seu berço na revolução científica, no século XVI, quando alguns estudiosos romperam com a ciência aristotélica, com as ideias místicas da Idade Média e um modo de concepção de mundo determinado pelas crenças da igreja, e passam a criar instrumentos para entender e analisar logicamente e comprovar empiricamente os fenômenos naturais do mundo.

As principais teorias que representaram os novos paradigmas da ciência moderna foram concebidas por cientistas e filósofos, com destaque a Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, René Descartes, Kepler e Isaac Newton. Essas teorias marcaram o nascimento de uma nova racionalidade, quando se começava a pensar e testar ideias (KASPER, 2000). A partir dessas teorias foi possível a construção do conhecimento baseado na observação e experimentação, na matemática e nas leis fundamentais, no reducionismo e determinismo.

Segundo o pensamento analítico, da ciência quantificável, o todo poderia ser entendido a partir da observação e estudo de suas partes constituintes. Os fenômenos poderiam ser reduzidos à compreensão dos seus elementos básicos separadamente e das relações lineares de causa e efeito. A complexidade dos fenômenos era reduzida e o resultado adquirido num universo controlado de pesquisa era então aplicado como regra geral.

Esse pensamento reducionista-mecanicista por muito tempo foi suficiente para entender os fenômenos, responsável pelos grandes avanços nas ciências exatas e fundamental para a evolução da ciência moderna. “Sistemas mecânicos foram o principal produto da ciência clássica e constituíram a base para a revolução industrial que criou as condições para a sociedade contemporânea” (KASPER, 2000, p. 25).

O conhecimento humano se expandiu e começou a ser categorizado pela sociedade, posto em “caixinhas” separadas. Essa categorização e busca por soluções práticas para determinados problemas levou, ao decorrer do tempo, à busca por maior especialização nas áreas. No entanto,

Ao suplantando a crença de que o movimento dos corpos era determinado pela natureza intrínsecas das substâncias, de um só golpe a revolução iniciada por Galileu Galilei eliminou todos os aspectos qualitativos da ciência, restringindo-a ao estudo dos fenômenos que podiam ser analisados através de medição e quantificação (KASPER, 2000, p.29).

Segundo Chiavenato (2006), a partir da Segunda Guerra Mundial, em que até então no cenário científico se encontravam áreas que estavam em isolamento, de ciências que não se comunicavam e de especialistas que muito sabiam sobre pouco, as ciências começam um diálogo pluridisciplinar e estes passam a buscar e agregar conhecimento das outras áreas para solucionar os mais diversos e complexos problemas surgidos. A emergência de novas teorias e a busca de um novo modo de pensar o fazer científico, mais integrado passa a ser percebido nas mais distintas áreas do saber.

Quando se colocava na equação que explicava a complexidade intrínseca de alguns fenômenos, como os sociais, e do próprio universo, a imprevisibilidade das relações e suas variáveis, a aleatoriedade e as incertezas do mundo real, o pensamento analítico cartesiano se mostrava insuficiente. Essa complexidade “corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à contínua interação da infinidade de sistemas e fenômenos que compõem o mundo natural” (MARIOTTI, 2000, p.1).

A complexidade é uma temática que começou a se delinear a partir das transformações nas ciências naturais e matemáticas no início do século XX, que puseram em cheque uma visão do universo marcada pela racionalidade científica e

suas ideias mecanicistas e deterministas (CURVELLO E SCROFERNEKER, 2008). Ela tem como um de seus principais precursores Edgar Morin, com a sua coleção de seis obras denominada “O Método”, publicadas entre 1977 e 2004. Morin se opõe à visão simplificada, determinista e linear do pensamento científico clássico, e propõe na sua obra uma reelaboração do conhecimento científico e uma nova forma, dialógica e transdisciplinar, de se conceber a realidade complexa. Para ele,

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2011, p.13).

Diante disso, Morin define alguns princípios da complexidade que revelam, por exemplo, a noção da realidade, que é regida ao mesmo tempo por forças antagônicas e complementares, e a relação indissociável entre ordem e desordem e organização. Outro princípio refere-se à não linearidade entre causas e efeitos em alguns processos, negando assim o determinismo. Para ele a complexidade é uma alternativa ao pensamento redutor que só vê os elementos e ao pensamento global que só vê o todo.

Uma grande contribuição para o nascimento de uma nova forma de pensar partiu, Em 1950, do biólogo Ludwig Von Bertalanffy, ao notar certo desprezo do enfoque mecanicista, e observar certas lacunas, adotou concepções orgânicas na biologia e passou a entender o organismo como sistema, buscando compreender os princípios de sua organização. Dessa observação nasce a ideia central que norteou o desenvolvimento de uma teoria da totalidade, não no sentido oferecer soluções práticas, mas de observar princípios e leis gerais cabíveis a vários campos do conhecimento humano.

Bertalanffy elencou uma série de fatores que confirmam a necessidade de uma reorientação da ciência. Alguns deles são: a) os princípios reducionistas que regiam as leis da física eram inadequados para resolver problemas das ciências biológicas, sociais e do comportamento e dos organismos vivos; b) A ciência clássica trabalha com séries de causa e efeito lineares, não com múltiplas variáveis; c) a necessidade de modelos e instrumentos conceituais passíveis de aplicação na

realidade empírica; d) Pela interdisciplinaridade diversos modelos, princípios e leis de diferentes campos se tornam isomórficos (BERTALANFFY, 1977).

Em resumo, essa necessidade sentida por Bertalanffy,

resultou do fato do esquema mecanicista das séries causais isoláveis e do tratamento por partes ter se mostrado insuficiente para atender aos problemas teóricos, especialmente nas ciências bio-sociais, e aos problemas práticos propostos pela moderna tecnologia (BERTALANFFY, 1977, p. 28).

Seguindo então o que parecia ser uma nova tendência do pensamento moderno, Bertalanffy formulou a sua Teoria Geral dos Sistemas (ou TGS). Nessa teoria, a organicidade dos sistemas, antes desconsiderada pelos modelos mecanicistas da ciência clássica, passou então a ser compreendida, assim como a interdisciplinaridade, dinamicidade, a interdependência e a relação necessária entre diferentes áreas do conhecimento.

A Teoria Geral dos Sistemas impactou profundamente o desenvolvimento de uma diversidade de campos científicos, entre eles a administração que passou progressivamente a incluir em seu escopo a noção de sistemas e seus princípios universais. Os sistemas estão presentes em todos os campos do conhecimento e da própria realidade humana e do mundo.

Segundo Morin (2011, p.19) “[...] qualquer realidade conhecida, desde o átomo até a galáxia, passando pela molécula, a célula, o organismo e a sociedade, pode ser concebida como sistema” e sistema “é igualmente um conceito complexo de base porque ele não é redutível a unidades elementares, a conceitos simples, a leis gerais. O sistema é a unidade complexa” (MORIN, 2002, p.187).

Bertalanffy (1977, p.84) define sistema como “um complexo de elementos em interação”. Em resumo a ideia é de que os sistemas são “totalidades” integradas, formados por subsistemas interdependentes. O todo é formado não só pela soma, mas pela interação das suas partes constituintes entre si e entre o contexto no qual estão inseridas. Dessa forma, as partes não podem ser vistas isoladamente, pois cada uma tem importância equivalente para o funcionamento e manutenção do todo.

O universo, então, é percebido como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão interrelacionadas, enquanto que a ordem, a reversibilidade e o equilíbrio estático também tendem a ser evitadas

pelo fato de não corresponderem às realidades das ciências, muito menos às dinâmicas sociais (GOUVEIA JUNIOR, et al, 2015, p. 81).

Para Kasper (2000, p.38), “a emergência do pensamento sistêmico pode ser visto como um produto gerado pelo desenvolvimento científico, técnico e social da sociedade humana.” Ele aponta ainda que essa emergência envolve uma nova percepção dos fenômenos, uma revolução na criação tecnológica e a necessidade de melhor administrar os problemas das organizações humanas complexas.

O economista Kenneth Boulding (1956), que teve grande importância na formulação da TGS, classificou e agrupou os sistemas em nove níveis, de acordo com a variação do grau de complexidade de cada um deles. Os nove níveis são: 1. Sistemas estáticos: estruturas fixas, que não mudam; 2. Sistemas dinâmicos: são alterados com determinada frequência e previsibilidade; 3. Sistemas cibernéticos: capazes de transmitir informação e se regularem dentro de limites estabelecidos; 4. Sistema aberto: influenciam e recebem influência constante do meio externo; 5. Vida vegetal: capazes de auto-regulação genética, alterando-se a partir de condições externas e internas; 6. Reino animal: capazes de adaptar-se ao ambiente e formar grupos; 7. Ser humano: possuem capacidade auto-reflexiva, se comunicam, pensam e constroem memórias; 8. Organização social: refere-se às capacidades da coletividade humana; e por fim 9. Sistemas transcendentais: adaptam-se e se elevam além das circunstâncias individuais e sociais.

Sobre esses níveis Chiavenato (2006) chama atenção para o fato de que só a partir do nível quatro os sistemas são abertos, ou seja, possuem relação com o meio, e que as organizações – que são o foco do seguinte estudo – estão situadas no oitavo nível, de maior complexidade. Segundo o autor, os elementos que caracterizam os sistemas são: 1. Insumos (entradas, *inputs*); 2. Processamento; 3. Saídas (produto, *output*); 4. Entropia; 5. Homeostase; 6. Retroalimentação (realimentação, *feedback*); e 7. Decomposição do sistema em subsistema.

Todos esses elementos são essenciais para que se compreenda a dinâmica de funcionamento dos sistemas. A partir dos *inputs* (ou entradas) os recursos (materiais, humanos, tecnológicos) são processados e organizados no sistema de modo a conduzir o resultado ou saída esperada. A quarta característica, a entropia, é um conceito da física que se refere à ordem natural do universo, que caminha para o caos, a desordem e autodestruição, pelo menos em sistemas fechados.

Nos sistemas abertos observa-se, contudo, a entropia negativa (homeostase ou sintropia), que se trata de uma reação a esse processo de destruição. A entropia negativa dentro desse sistema ocorre quando um evento externo interfere na sua conjuntura e modifica a sua tendência à desordem. Ela refere-se ao nível de complexidade de organização, funcionamento, equilíbrio e desenvolvimento, e pode ser uma reação automática ou consciente e programada, que é o caso das organizações.

A sexta característica é a retroalimentação (ou *feedback*) que é a capacidade do sistema de monitorar e avaliar o seu desempenho, a fim de melhorá-lo. E por último, a decomposição do sistema em subsistema refere-se aos vários elementos que constituem os sistemas, chamados subsistemas que são, por sua vez, formados por outros subsistemas e seguem na maioria dos casos uma estrutura hierárquica, como é o caso das empresas.

Apresentadas essas características e para prosseguimento do assunto, é importante ressaltar que, ao dividir os sistemas em sistemas abertos e fechados, Bertalanffy (1977) classificou, dentre outros, as organizações. Neste contexto, os sistemas fechados seriam os que não possuem relação e não recebem influência do meio externo. Já os sistemas abertos influenciariam e receberiam constante influência, modificam e são modificados pelo meio. Segundo ele, então, as organizações e todos os organismos vivos essencialmente só podem ser considerados como sistemas abertos, e dos mais complexos.

São as organizações sistemas abertos e dinâmicos, por não poderem ser entendidas isoladamente do seu meio. Neles atuam diversas variáveis internas e externas e se relacionam diferentes parcelas sociais. A essa categoria pertencem os sistemas memoriais, dos quais fazem parte instituições como as bibliotecas, arquivos e museus. Esses sistemas se apresentam

como um organismo aberto e entrópico, o que sugere ininterruptas transformações e trocas com o meio externo, cuja influência pode até modificar a estrutura do sistema. Desse modo, é apropriado afirmar que o meio e o sistema se complementam em suas distinções (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012, p.216).

Sistemas formados por pessoas, como os sistemas memoriais, exigem outro tipo de abordagem, já que “indivíduos humanos não podem ser considerados como

se fossem simples componentes físicos, como se fossem unidades inanimadas” (KASPER, 2000, p.35). Assim, o próximo tópico tratará mais detalhadamente o que vem a ser o sistema memorial e de como esta nova categoria de trabalho, em rede e baseado na cooperação, têm contribuído para o melhor desenvolvimento das instituições que trabalham com informação, nessa era na qual o acesso ao conhecimento atinge um patamar elevado.

3.2 COLABORATIVIDADE E OS SISTEMAS MEMORIAIS

Como dito anteriormente a Globalização e a Sociedade da Informação apresentaram um novo mundo e uma nova forma de viver no mundo. Castells (1999, p.57) afirma que “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade”. Essa condição de rede, de sociedade conectada, fez emergir uma forma de trabalho baseado na interação e colaboração que, embora sejam características intrínsecas de quase toda comunidade, por um tempo estiveram adormecidas em detrimento de uma crescente competitividade na corrida pelo desenvolvimento.

Cabe a ressalva, porém, que esse despertar cooperativo da sociedade não se deu “pelas qualidades éticas e comunitárias que a alimentavam nativamente, mas pelo poder da eficiência e da produtividade do modo de produção colaborativo” (GALINDO, 2015, p.70). Ou seja, a colaboratividade passou a ser reconhecida também como uma das mais eficientes formas de se agregar vantagem competitiva.

Dois conceitos, o de rede e o de colaboratividade, são importantes para que se compreenda a dinâmica de trabalho mais a frente explorada. O termo rede é utilizado em variados contextos (ex: rede de transporte, rede informática), mas em todos eles o seu sentido é o mesmo: ligação por onde se conectam entidades, conjuntos, sejam eles materiais ou sociais. No contexto específico aqui estudado a rede pode ser conceitualizada como “uma trama interconectada de inteligências que trabalham nos substratos dos sistemas memoriais, dando-lhes vida. Trata-se, portanto, de uma rede que tem natureza humana.” (GOUVEIA JUNIOR; et al, 2015, p. 82).

Uma vez estabelecidas essas conexões, é pelas redes que circulam os fluxos de intercâmbio, compartilhamento e trocas sociais. Ainda segundo Gouveia Junior; et. al.(2015, p.83-84), um conceito que complementa a teoria dos sistemas e a ideia de redes é o de capital social, que define como uma “interação que une indivíduos em torno de objetivos comuns e evidencia relações de colaboração, reciprocidade e confiança mútua que os torna mais fortes.”. Seguindo esse pensamento, colaboratividades pode ser entendida como uma cultura de cooperação mútua em ascensão.

No entanto, essa noção de cooperação/ colaboratividades não é nova, inclusive na área da Ciência da Informação. Ela pode ser notada, por exemplo, nos antigos esforços em integralizar as áreas da biblioteconomia, museologia, arquivologia e ciência da informação (ARAÚJO, 2011), percebendo os seus elementos comuns e a necessidade de maximizar seu empenho, diminuindo o gasto desnecessário de recursos.

Dessa forma, percebendo que a criação de redes colaborativas é uma das formas mais efetivas de integração de trabalhos e compartilhamento, já que conectam pessoas e organizações – que têm suas necessidades, ofertas e demandas específicas, mas que trabalham em busca de um propósito comum – em todo o mundo, cada vez mais essas organizações e pessoas passam a adotar essa nova forma de viver e trabalhar.

Parente (2000) afirma vivermos numa era de interconexão generalizada na qual o mundo passou a ser uma rede de comunicação. Segundo ele,

A compreensão da época em que vivemos apóia-se, cada dia mais, sobre o conceito de rede. A rede atravessa hoje todos os campos do saber – da biologia às ciências sociais, passando pelas ciências exatas -, seja como conceito específico, em cada um destes campos, seja como paradigma e imagem do mundo, ou ainda como rede sociotécnica necessária a produção do conhecimento (PARENTE, 2000, p.171)

Assim, retomando as ideias da teoria dos sistemas proposta por Bertalanffy em 1950, as instituições e seus representantes começam a se enxergar como componentes de uma estrutura maior, de um sistema, e passam a ver na colaboratividades um caminho eficaz, inovador e estratégico de aumentar a sua

produtividade, enquanto reduzem-se riscos e o gasto desnecessário de recursos, já tão escassos.

Pensar em organizações e instituições enquanto sistemas, como as que trabalham com memória, é um caminho que permite uma visualização mais clara quanto às especificidades e complexidade das interações, das relações de cooperação e do funcionamento do próprio sistema. Tavares (2014, p.111) afirma que “as instituições de memória são sistemas abertos, vivos, dinâmicos e complexos, pois interagem com o ambiente de modo a sofrer as mudanças e impactos acontecidas no mesmo e estas afetarem o seu comportamento”.

Identificando a complexidade e os problemas em comum que as envolviam, algumas instituições pernambucanas Galindo propõem 2007, um modelo teórico para o Sistema Memorial. Segundo este autor, esse modelo é “um instrumento lógico de apreensão de uma realidade possível, trazendo às coisas da natureza uma representação que corresponde a uma ordem lógica, reconhecível, postulável e previsível” (GALINDO, 2015, p.65).

Para melhor exemplificar como o conceito de sistemas se encaixa no contexto memorial podemos observar o corpo humano, como assim já o fez Chiavenato em 2006. Ele (o corpo) pode ser visto como um sistema vivo composto por vários subsistemas. O sistema cardiovascular, por exemplo, é formado pelos vasos sanguíneos e o coração, e responsável pela circulação do sangue e transporte de nutrientes e oxigênio para todo o corpo, sendo assim interdependentes. Cada componente do sistema é essencial para que este cumpra sua função e para a vitalidade do corpo em si.

Analogamente, o sistema memorial é formado por uma rede de organizações, instituições e agentes cujas principais funções circundam o universo da memória. De ações como o seu registro, a sua guarda, preservação e disseminação. Esse sistema existe antes mesmo de ser percebido e independente de iniciativas, porém ganha força quando essas instituições se enxergam enquanto membros de um mesmo sistema integrado e inter-relacionado e decidem por adotar posturas colaborativas em nome de uma finalidade comum. As pessoas, articuladas em rede, formam o sistema e nele operam, sendo capazes de realizar tarefas ainda mais complexas.

Complementando o pensamento com relação aos sistemas, que já fora explorado no tópico anterior, Gouveia Junior; et al. (2015, p. 80) os define como “um conjunto de instituições e/ou organismos que interagem e trocam experiências, materiais e métodos em torno de um objeto comum”. Quando estes sistemas estão ligados à memória, têm-se os sistemas memoriais. O sistema memorial, portanto, pode ser entendido como um conjunto de organizações de missão memorial que interagem em torno de um objetivo comum (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012, p. 216). São as bibliotecas, arquivos, museus, dentre outras organizações, pensando juntas em soluções que envolvem o resgate, guarda, preservação e disseminação do patrimônio memorial e das informações de interesse histórico e cultural que custodiam.

Para a formulação desse modelo, além da influência dos conceitos de rede e de colaboratividade já discutidos, um terceiro conceito teve papel de importância: o conceito de multiusuário. Esse termo ganhou popularidade do contexto do eScience⁵ e é utilizado para descrever as iniciativas de um novo fazer científico, colaborativo e em rede, que requerem altos investimentos tanto em infraestrutura quanto em recursos humanos. Na informática esse conceito ganha o sentido de um sistema operacional que permite acesso simultâneo compartilhado à múltiplos usuários, aumentando a eficiência e reduzindo gastos (GALINDO, 2015).

A partir dessa base conceitual, entende-se que o sistema memorial propõe um novo modo, interdisciplinar, de enxergar a dinâmica e os fenômenos que ocorrem nas organizações que possuem missão memorial, buscando princípios, leis e práticas comuns, e identificando os seus pontos fortes e fracos a fim de propor, em conjunto e para o conjunto, soluções inteligentes e sustentáveis para cada problema, vulnerabilidade ou desafio que estas apresentam.

Outro ponto que merece bastante atenção em se tratando dos sistemas memoriais é a questão do compartilhamento e do livre acesso à informação, principalmente na última era, em que esta se tornou um dos principais recursos de desenvolvimento social e econômico. Gouveia Junior; Galindo (2012, p.215) afirmam que “[...] os sistemas memoriais têm como missão apresentar-se à sociedade como

⁵ Termo utilizado pela primeira vez por John Taylor, em 2001. Refere-se às ferramentas, infra-estruturas computacionais e tecnologias que estão processando grandes volumes de dados em rede, dando suporte à pesquisa em meio digital e orientando a ciência na atualidade.

instrumentos catalisadores da democratização de acesso do público à memória [...]”. Dessa forma, os sistemas memoriais possuem uma política que compreende que não só o resgate e a preservação do patrimônio memorial são as suas principais funções, mas também a garantia ao acesso a este patrimônio.

Introduzida então a noção de redes e de sistemas memoriais, bem como os benefícios do trabalho colaborativo entre essas instituições e pessoas que possuem objetivos e problemas comuns, o trabalho volta nesse momento o seu foco para o seu objeto de estudo. No próximo capítulo discutimos o percurso metodológico seguindo durante a pesquisa, para no capítulo 5 apresentarmos a Rede Memorial de Pernambuco e a sua dinâmica de trabalho, a partir do estudo com algumas das instituições que fazem parte desse sistema.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentaremos o percurso metodológico escolhido, cuja adoção julgamos a mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa e para o alcance de respostas para as inquietações que levaram aos objetivos gerais e específicos já expostos, haja vista a complexidade do seu objeto de estudo. Aqui também serão descritos o *corpus* e os procedimentos que foram escolhidos para a coleta e análise dos dados.

A pesquisa observou a atividade da Rede Memorial, e apresenta seus princípios e práticas, bem como investiga de que forma ela tem contribuído para a preservação da memória Pernambucana, e impactado no desenvolvimento de uma cultura de preservação e acesso à informação. Neste contexto o conceito de sistema memorial é visto como uma metodologia de estudo em construção, uma categoria de trabalho científico que tem ajudado a enxergar cadeias relacionais que operam no íntimo dos sistemas memoriais.

No quarto capítulo deste trabalho mostraremos como o pensamento sistêmico emerge da busca por superação das limitações da perspectiva analítica. Deste modo, para realização da pesquisa partimos de uma visão sistêmica para extrair a complexidade que se estabeleceu nas relações praticadas entre as pessoas e organizações de memória componentes da Rede.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa buscou compreender como funciona o sistema memorial, a partir do caso da Rede Memorial de Pernambuco, explorando os seus princípios e práticas. Além disso, pretendeu investigar como essa rede, e as ações por ela desenvolvidas, têm contribuído para a preservação da memória Pernambucana, para o desenvolvimento das instituições envolvidas e para a garantia do acesso à informação.

Portanto, quanto aos seus objetivos, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória que são aquelas desenvolvidas, de acordo com Gil (2008) objetivando proporcionar uma visão geral acerca de um fato. Ele afirma ainda que a pesquisa

exploratória é realizada especialmente quando o tema tratado é pouco explorado e que por isso, sobre ele, torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Essa escolha foi feita a partir da compreensão de que a pesquisa exploratória possibilita uma maior aproximação com o objeto de estudo, familiaridade com o universo e com os sujeitos que dele participam, gerando mais facilidade, com isso, de formular hipóteses com mais precisão e avaliar a validade de alguns conceitos e ideias que circundam o tema com propriedade.

Como será mencionado logo mais, na apresentação das concepções sistêmicas, investigar organizações, situações e pessoas exige uma outra abordagem, não-mecânica e reducionista, que compreenda a complexidade, as constantes transformações e interações do universo estudado. Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo que, para Minayo (2004, p. 22), “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Embora não tenha sido este o seu foco, não se excluiu a possibilidade de dados quantitativos serem coletados e apresentados.

Quanto à sua natureza, a pesquisa tem, em primeiro momento caráter bibliográfico, uma vez que a partir de uma revisão teórica serão discutidos temas (como os de memória, informação e preservação para a Ciência da Informação, teoria sistêmica, colaboratividade, dentre outros) consultados em livros, artigos, teses e dissertações, encontrados tanto em bibliotecas especializadas quanto em bases de dados como a BRAPCI e a SCIELO.

Como já mencionado, alguns dos autores estudados para a fundamentação teórica do trabalho foram BERTALANFFY (1977), LE GOFF (1990), LE COADIC (1996, 2001), CASTELLS (1999), KASPER (2000), CAPURRO (2003, 2007), MORIN (2011), GALINDO (2012, 2015) e GOUVEIA JUNIOR (2012, 2015). Além destes, todos os autores usados no decorrer do texto foram essenciais para aprofundar o conhecimento sobre os temas e para a construção de uma base teórica mais sólida sobre eles.

Num segundo momento, a pesquisa partiu à campo, para ampliar a visão do objeto estudado e tomar conhecimento mais aprofundado acerca da realidade das

instituições e do funcionamento da rede por meio de um estudo de caso que, segundo Yin (2005) é uma pesquisa empírica que investiga o fenômeno dentro do seu contexto.

A pesquisa adquire ainda certo caráter documental, por depender em alguns momentos de uma demanda por documentos e registros institucionais daquelas que compõem a rede a ser estudada, para complementação dos dados colhidos. Essas instituições compõem o *corpus* da pesquisa, que será agora descrito.

4.2 UNIVERSO DE PESQUISA

Segundo Gil (2008, p.89) “de modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”. Dessa forma é necessário nesse momento que se faça a delimitação do *corpus* da pesquisa, ou seja, que se definam as instituições e pessoas que representarão a amostra a ser investigada.

A Rede Memorial de Pernambuco é uma articulação que surgiu com o intuito de promover um diálogo e cooperação entre instituições de missão memorial do Estado, para a partilha de recursos e a realização de programas estratégicos integrados de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico por elas custodiados. Visando atender uma crescente demanda social por informação e superar os novos desafios impostos pela atual sociedade, essas instituições trabalham juntas pelo bem comum.

Embora o projeto da Rede Memorial tenha ganhado grande dimensão e se ampliado em escala nacional, o universo da presente pesquisa será reduzido para algumas instituições que compõem a Rede Memorial de Pernambuco.

No total, 15 instituições compõem hoje a rede pernambucana: o Museu da Cidade do Recife, o Líber (Laboratório de Tecnologia da UFPE), o Museu do Estado de Pernambuco, o Instituto Ricardo Brennand, o Memorial da Justiça de Pernambuco, a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, o Instituto CLIO, a CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, o MISPE - Museu da Imagem e do Som de Pernambuco, o Memorial

Denis Bernardes, a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Paço do Frevo, a FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco, e a UNIÃO - Superintendência de Imprensa e Editora.

Considerando ser essa ainda uma ampla amostra, foi feito um recorte não-aleatório e escolhidos representantes de algumas instituições que tiveram uma atuação bastante significativa nos últimos anos, sendo esse o critério utilizado para tal escolha. As instituições escolhidas foram: 1 - CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, 2 - Instituto Ricardo Brennand, 3- Biblioteca Pública de Pernambuco, 4 - FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco, 5 - Arquivo Público do Estado de Pernambuco, 6 - Memorial da Justiça de Pernambuco e 7 - Laboratório Líber da UFPE. Dentre as escolhidas, porém, algumas não puderam entrar no estudo, então o conjunto inicial do corpus foi reduzido por motivos operacionais.

A amostra final foi composta pela Biblioteca Pública de Pernambuco, a Fundação Joaquim Nabuco e o Laboratório Líber. As demais instituições que formam a Rede foram citadas em alguns momentos por se fazer necessário, para o melhor entendimento do percurso que se fez no andamento e nos resultados que a pesquisa mostrou, porém estas não foram incluídas na amostra aqui definida. No próximo tópico será detalhado o método escolhido para a coleta dos dados e para a análise do que for obtido, a fim de oferecer resultados ou hipóteses mais concretas sobre o objeto de estudo.

4.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Após uma revisão teórico-metodológica, a coleta de dados é uma etapa que se constitui como das mais importantes para que a pesquisa compreenda o seu objeto de estudo e alcance os seus resultados esperados. Levando em conta a complexidade do universo ao qual se pretendeu conhecer, a técnica escolhida foi a entrevista, que “é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p.109).

Observamos na técnica da entrevista uma oportunidade de adentrar mais profundamente o universo estudado, a partir da interação com os entrevistados. Tendo esta pretensão, optamos pela entrevista semi-estruturada, ou semi-aberta,

por dar ao entrevistador e ao entrevistado maior liberdade e flexibilidade nas respostas, aproximando-se de um diálogo, porém seguindo uma mediação norteada por questionamentos básicos.

Esses questionamentos foram elaborados de acordo com o contexto e realidade específica de cada instituição, porém seguem a linha de perguntas sugeridas no objetivo geral do trabalho, exposto no tópico anterior. É natural que em cada instituição um servidor ou grupo de servidores se defina como líderes ou militantes da proposta da RMP. Desse modo, escolhemos prioritariamente estes mais engajados para atuar como respondentes.

Os representantes das instituições anteriormente mencionadas responderam questões como: quais as principais dificuldades da instituição? Como o trabalho da rede está fazendo a diferença? De acordo com as respostas obtidas nessas perguntas-base, foram adicionadas outras perguntas durante as entrevistas. Boa parte das entrevistas foi registrada utilizando-se um gravador e posteriormente transcrita, exceto uma entrevista realizada via email, devido a indisponibilidade do entrevistado.

Analisamos os dados colhidos durante as entrevistas a partir da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009) trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter indicadores (quantitativos ou não), a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, de modo a permitir a inferência de conhecimentos e variáveis relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Dessa forma, as entrevistas foram analisadas de forma a buscar compreender a relação do entrevistado com a Rede Memorial, e a sua opinião baseada na experiência vivida em sua instituição. A partir das respostas investigamos como funciona hoje a dinâmica de trabalho, e se a Rede realmente está contribuindo para a preservação e o acesso à memória do Estado. O resultado das análises segue no capítulo 5, construído a partir das falas dos entrevistados e incorporadas na fala do autor.

5ANÁLISE E DISCUSSÃO: O TRABALHO DA REDE MEMORIAL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE PERNAMBUCO

O processo de coleta de dados é, talvez, o momento mais importante da pesquisa, pois permite que a o estudo alcance os seus resultados. Feito o levantamento bibliográfico, mostrou-se necessário a descrição da Rede Memorial de Pernambuco e um aprofundamento que mostrasse um panorama mais elaborado de como essa rede de fato está funcionando. Para isso foram realizadas entrevistas com alguns representantes de instituições componentes, e com pesquisadores que estudam e fazem parte da Rede. Embora os nomes das instituições estejam aqui divulgados, decidimos por manter a identidade dos representantes entrevistados preservada.

Com o objetivo de entender melhor a dinâmica de trabalho do sistema memorial, e mais especificamente da rede pernambucana, e investigar de que forma ela têm contribuído para a preservação e acesso à memória do Estado, foram formuladas algumas perguntas norteadoras, dentre elas: Em que contexto o entrevistado aderiu ao projeto da rede? Quais as principais dificuldades a instituição enfrentava? Quais as soluções comuns o trabalho em rede proporcionou? Como funciona na prática o trabalho e a dinâmica na rede? Em sua opinião, quais os principais problemas e desafios? A rede é eficaz e cumpre o papel ao qual se propõe? Qual o futuro da Rede?

Apresentamos brevemente nesse capítulo a Rede Memorial de Pernambuco, um histórico da sua criação, a realidade atual das instituições selecionadas para a investigação e, a partir dos relatos de seus representantes, um pequeno histórico de como e em que contexto elas adotaram o projeto da Rede Memorial, bem como as principais mudanças ocasionadas com o início do trabalho colaborativo junto com as demais em favor da sua responsabilidade social, da preservação da memória e da garantia a um acesso mais democrático.

Para isso, dividimos o capítulo em 4 tópicos, o primeiro apresentando a RMP, e os demais formulados de acordo com os questionamentos levados à campo. O desenvolvimento destes tópicos foi construído a partir dos relatos de quatro entrevistados e das suas repostas a cada um dos questionamentos, para

compreender a visão dos atores envolvidos com o trabalho que está sendo realizado e investigar a sua real eficácia de acordo com o que a Rede havia se proposto a realizar. A fala dos entrevistados aparece em todo o capítulo, incorporada à fala do autor.

Junto a isso, tentou-se identificar nos relatos se os dez princípios e compromissos dispostos na Carta de Recife, assinada em 2011, e atualizada em 2012, estavam de alguma forma presentes na fala dos entrevistados sobre o dia a dia das instituições.

5.1 REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO

Por ter sido, durante a sua história, um importante centro de desenvolvimento econômico, o Estado de Pernambuco acabou herdando e acumulando um significativo acervo de informações e registros memoriais, valiosos não só para o Brasil, mas para a humanidade.

O conjunto das organizações de memória de Pernambucano esteve por muito tempo à margem dos investimentos públicos e, embora os registros anteriormente citados sejam de inestimável importância para a história e cultura brasileira, eles estiveram esquecidos, vulneráveis à inevitável degradação do tempo, perdendo-se ora por fatores como o clima, ora pela falta de programas de preservação e pela própria incúria humana. Segundo Galindo (2009, p.255) “a ausência de iniciativas de ações articuladas de preservação da memória comum e da herança cultural ganha dimensões potencialmente desastrosas quando se considera a posição geográfica da região, situada no trópico úmido brasileiro”.

Além de encontrar-se em situação de risco latente, uma grande parte desse patrimônio memorial esteve mantido sob uma cultura custodialista retrógrada, fora do alcance e acesso público, não contribuindo para a construção do conhecimento e perdendo dessa forma uma de suas principais funções sociais e razões de existir. Tal condição passou a exigir das organizações e dos profissionais diferentes posturas e atitudes, e uma busca constante por novas estratégias para cuidar desse patrimônio e disseminá-lo da melhor forma.

Diante desses irreparáveis danos à memória do Estado, e percebendo de um lado a ausência de programas e políticas públicas capazes de garantir a preservação e o acesso aos bens à longo prazo do patrimônio memorial de Pernambuco, e do outro os problemas em comum do sistema envolvido com a memória e os benefícios do trabalho colaborativo, foi pensada em 2009 a Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial de Pernambuco (RMP).

Como dito anteriormente, em plena época da Sociedade da Informação, a demanda social por informação se intensifica e esta ganha ainda mais um papel de destaque, exigindo e pressionando mudanças e avanços das instituições responsáveis pela custódia, preservação e disseminação da memória histórica e cultural, para que estas acompanhem e superem os crescentes desafios da globalização. A criação da rede pode ser considerada uma importante iniciativa nessa direção.

Gouveia Junior, et al. (2015, p.82) definem rede como “uma trama interconectada de inteligências que trabalham nos substratos dos sistemas memoriais, dando-lhes vida”. Ainda, a respeito da rede memorial, continuam: “a chamada Rede Memorial se baseia em princípios que sustentam uma política de preservação e acesso aos acervos memoriais, em prol de um espaço colaborativo de trabalho” (p.85).

A Rede Memorial de Pernambuco nasceu, a partir da iniciativa de alguns pesquisadores e instituições ao perceberem uma angústia comum com a perda de considerável patrimônio histórico e cultural, tão importante para essa geração e para as futuras. Desse modo, representantes do Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano e o Laboratório Liber da UFPE uniram-se com a missão de dialogar e criar um sistema que colaborasse para a salvaguarda e o acesso desse patrimônio. Seu intuito era:

promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco (CARTA DO RECIFE, 2011).

Além da iminente perda do patrimônio histórico-cultural, outros fatores contribuíram para a busca por soluções criativas e criação da RMP, como a ausência de programas e políticas públicas para o sistema de memória, assim como a necessidade de articulação, de compartilhamento de recursos e intercâmbio de competências entre esse sistema. A partir do momento em que essas instituições passam a se articular e cooperar coletivamente, os benefícios são mútuos.

Um dos fundadores da Rede Memorial, Marcos Galindo, afirma que ela não é uma organização, mas sim uma articulação colaborativa para firmar um compromisso na adoção de políticas públicas de gestão do patrimônio memorial, que busca sensibilizar os gestores públicos e privados a se comprometer com o resgate, tratamento, preservação e acesso aos bens da herança cultural de valor memorial. Segundo ele,

A Rede Memorial de Pernambuco é uma articulação de operadores de aparelhos memoriais que objetiva criar uma ambiente para discussão de problemas comuns com vistas ao desenvolvimento de princípios, regras e fundamentos que contribuam para a mudança de cultura de gestão da memória em Pernambuco. Constitui uma fundação de valores comuns de referência na qual o sentimento de pertencimento e de partilha de valores sociais possa ser desenvolvido (GALINDO, 2015, p.86).

Alguns dos principais benefícios da criação dessa rede colaborativa e multiusuária é que ela promove a cultura do uso compartilhado de recursos, assim como o debate e as iniciativas sobre questões de interesse comum e a troca de experiências, fortalece individualmente cada organização à medida que todo o grupo também é fortalecido, evita a duplicação de trabalhos, aumenta a chance de atrair financiamentos, dentre outros.

O projeto da RMP ganhou destaque e consolidou-se como uma base firme sobre a qual se passou, nos anos seguintes a construir uma rede memorial de abrangência nacional, servindo de modelo para a criação em 2011, da Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas e Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil. Segundo seu manifesto de criação objetivava “desenvolver uma política de digitalização de acervos memoriais e procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.” (TAVARES, 2014, p. 122). Nessa ocasião, várias instituições aderiram a essa Rede Memorial, que é composta hoje por um grande número de instituições.

Durante o Fórum da Rede Memorial, ocorrido durante a Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: Estratégias para a Preservação e o Acesso à Informação (CTCM) em busca de caminhos práticos para a preservação, foi elaborada a Carta do Recife, tendo por base seis princípios, que envolviam o compromisso com o acesso aberto (público e gratuito), com o compartilhamento das informações e da tecnologia e com a acessibilidade, e a definição de padrões para captura e tratamento de imagens, de metadados e da arquitetura da informação dos repositórios digitais, e para a preservação digital (CARTA DO RECIFE, 2011).

A Carta do Recife 2.0, é um documento que evoluiu da carta de 2011 e foi elaborada em um segundo encontro realizado em São Paulo em 2012. Este documento acrescenta mais 4 princípios aos já citados, são eles: o compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização; o compromisso de desenvolver projetos de educação, pesquisa e formação do pessoal; o compromisso em criar metodologias para avaliar a eficácia de projetos de difusão de acervos na sociedade, a partir de programas de marketing e educação nas instituições; e a preocupação com os direitos autorais (CARTA DO RECIFE 2.0, 2012).

Desde a criação da RMP várias instituições passaram a fazer parte dessa articulação e trouxeram contribuições de inestimável valor à rede, são elas o Museu da Cidade do Recife, o Líber - Laboratório de Tecnologia da UFPE, o Museu do Estado e Pernambuco, o Instituto Ricardo Brennand, o Memorial da Justiça de Pernambuco, a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, o Instituto CLIO (sua representante na formalização dos projetos), a CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, o MISPE - Museu da Imagem e do Som de Pernambuco, o Memorial Denis Bernardes, a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Paço do Frevo, a FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco e A UNIÃO - Superintendência de Imprensa e Editora.

Muito embora o projeto da Rede Memorial exista hoje nacionalmente, e esse número de instituições participantes da rede pernambucana esteja bem maior, para a delimitação da presente pesquisa optou-se por serem exploradas instituições específicas, dentre elas 2 instituições signatárias dessa rede, citadas anteriormente. Por fim, a pesquisa realizada tem como pretensão traçar um panorama da realidade

dessas instituições e o que mudou desde que elas passaram a cooperar entre si como partes de uma só rede, a partir da visão dos seus representantes.

5.2 AS INSTITUIÇÕES E SUAS DIFICULDADES COMUNS

Para a compreensão do que motivou as instituições a unirem forças aderindo à Rede Memorial de Pernambuco, os primeiros questionamentos visaram investigar o seu contexto neste momento, entendendo, dessa forma, os principais problemas e as insuficiências de cada uma delas. Nesse tópico será exposto um breve resumo sobre as instituições escolhidas para análise.

Para a coleta de dados, realizada através de entrevistas com pesquisadores e representantes-chave de algumas instituições participantes da rede pernambucana, foi utilizado um roteiro que guiou os questionamentos e segue como apêndice deste trabalho. Os entrevistados, que foram instigados a relatar a sua visão sobre a dinâmica de trabalho, a realidade vivenciada, e eficácia e fragilidades da Rede, serão aqui denominados por A, B, C, e D.

5.2.1 BPE – Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco – BPE foi a primeira das instituições escolhidas para investigação por ser uma das signatárias fundadoras da Rede Memorial de Pernambuco, no início da sua articulação em 2008. Criada em 1852, pela lei provincial nº 293, é a quarta biblioteca mais antiga do Brasil; e também uma das mais ricas, em se tratando do seu vasto acervo de obras raras. Possui também um grande setor de coleções especiais que inclui, além das obras raras já citadas, Iconografia, Mapoteca, Manuscritos, obras em Braille, periódicos, dentre outras.

Segundo dados retirados do site⁶ da biblioteca, esse acervo inclui publicações do período holandês, dos tempos coloniais e do império, antigos jornais que datam o início da imprensa no Recife, dentre outras importantes obras em um acervo estimado em 270 mil livros e 370 mil volumes de periódicos (BPE, 2016). Sendo, dessa forma, custodiadora de um tesouro cultural bastante valioso.

⁶Dados retirados do site: <<http://www.bpp.pr.gov.br>>

Ainda de acordo com o seu endereço eletrônico, o compromisso da BPE é zelar pelo legado cultural da humanidade e disponibilizá-lo para as gerações atuais e futuras, e a sua missão é ser provedora de conhecimento, além de preservar esses tesouros da humanidade. Dessa forma, a preservação e a democratização do acesso são os motores centrais dessa biblioteca.

Durante a entrevista com o seu representante, o Entrevistado A, quando questionado sobre o contexto da instituição ao aderir à ideia da Rede ainda em desenvolvimento, ele afirma que:

Antes da adesão à Rede Memorial, a BPE realizava apenas ações voltadas às políticas de preservação e conservação convencionais (como o monitoramento de acervo, acondicionamento de documentos, treinamento de funcionários na área de coleções especiais). Não existia uma cultura de colaboração interinstitucional no Estado com as instituições memoriais. Cada uma delas seguia suas intuições baseadas em regimentos próprios ou de entidades correlatas.

Outro aspecto importante foi pontuado por ele, uma das consequências da falta de cooperação interinstitucional, e uma das grandes dificuldades dos lugares de memória no novo contexto. Segundo ele (Entrevistado A),

Faltava um espaço para dialogar sobre o tema de acervos memoriais, principalmente abordando as novas tecnologias de preservação como a digitalização dos documentos, preservação digital e gestão digital, bem como estas instituições estavam tratando de suas documentações com estes novos conceitos.

Esses foram os principais fatores citados pelo Entrevistado A, que segundo ele, levaram a BPE a participar desde o início das discussões sobre a criação da Rede Memorial de Pernambuco e buscar um trabalho mais integrado com as demais instituições que compartilhavam do mesmo interesse.

5.2.2FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

A partir da lei nº 770 foi criada em 1949 o instituto idealizado por Gilberto Freyre, mas apenas em 1979 o poder executivo institui a Fundação, pela lei nº 6.687. A Fundaj⁷ nasce, vinculada ao Ministério da Educação, com o intuito de atender às demandas educacionais e culturais da sociedade, bem como promover estudos e pesquisas, preservar os bens patrimoniais, estimular a produção cultural e

⁷Dados retirados do site: <<http://www.fundaj.gov.br/>>

criar meios para a geração de conhecimento e o desenvolvimento justo e sustentável, principalmente no Norte e Nordeste, regiões onde atua.

O seu acervo está distribuído entre as três Coordenações Gerais que integram e são dirigidas pela Diretoria de Documentação (Didoc); a Biblioteca Central BlancheKnopf - Bibli; o Museu do Homem do Nordeste – Muhne; o Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira - Cehibra A Didoc adquire, registra, pesquisa, conserva, restaura e difunde acervos representativos da formação histórica, étnica e cultural brasileira. Busca contribuir para que o Estado Nacional cumpra deveres fundamentais para com a sociedade, no que tange a preservação e valorização do patrimônio étnico, histórico e cultural e o acesso aos bens culturais e à informação de interesse público⁸.

As obras de caráter histórico, etnográfico e antropológico custodiadas pela fundação estão presentes em livros, folhetos, monografias, teses, periódicos e arquivos privados, além de objetos iconográficos (como fotografias e pinturas), cartográficos, sonoros, musicográficos, audiovisuais e documentos digitais. Além disso, é detentora de valiosas coleções, como documentos da cultura material do índio brasileiro, que faz parte do acervo do Muhno.

A FUNDAJ recebeu o convite para aderir à Rede um pouco depois da sua criação. Segundo o seu representante, o Entrevistado B,

Rapidamente a fundação comprou a ideia de participar de um grupo de instituições que pensariam como a atuar e a circular, assim como tratar dos assuntos de preservação, não só relacionado à salvaguarda dos acervos das instituições, mas também pensando para o futuro, com a preservação digital, com os processos de digitalização.

Assim como o Entrevistado A, ele ressalta em seu relato que os problemas são das instituições no geral, que “*não existem somente em uma instituição ou outra, e muito menos somente na Região Nordeste*”. Afirma que

São problemas de preservação dos acervos físicos, problemas de conservação, de restauração, da preparação dessa documentação após o seu tratamento a fim de que seja digitalizada, e da falta de trabalhos e projetos multiusuários, que pudessem fazer com que as pessoas se beneficiassem conjuntamente.

⁸Informações constam no documento institucional intitulado: Política de Acervo - Manual de Gerenciamento e uso, de Agosto de 2010.

5.2.3 Líber - Laboratório de Tecnologia do Conhecimento

O terceiro e último componente da rede aqui investigado foi o Laboratório de Tecnologia do Conhecimento – Líber. O Líber é vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pernambuco, e nasceu em 1996 a partir do experimento Libvirtus. Institucionalizou-se em 2006 sendo um espaço de pesquisa e desenvolvimento, onde estudantes e professores iniciaram encontros e um grupo de pesquisa com a intenção de estudar os novos fenômenos informacionais e os desafios trazidos com o desenvolvimento tecnológico, o ciberespaço e a informação digital.

Esse laboratório foi um dos responsáveis pelas primeiras ações que culminaram na criação da RMP, principalmente após a conquista do auxílio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe)⁹. Ele é um espaço multiusuário que, junto às outras instituições do Estado, desenvolve projetos que visam a pesquisa e o desenvolvimento de métodos para organização, preservação e acesso aos acervos memoriais de interesse histórico, cultural e científico; a partilha de recursos humanos e tecnológicos; e oferecer suporte institucional e serviços especializados.

O Entrevistado C, pesquisador que representou o Laboratório Líber, elencou outras dificuldades comuns que também influenciaram na criação da RMP. Participante da Rede desde 2009, ele pôde acompanhar as discussões e articulações, onde estava se revelando o cenário das instituições de memória. De acordo com ele,

Essas instituições passavam basicamente pelos mesmos problemas, relacionados à questão de recursos humanos, a questão da falta do financiamento público (por muitas não terem orçamento próprio), a falta de capacitação, de material e equipamentos, o que dificultava muito um trabalho eficiente e motivo pelo qual muitas vezes não se permitia o acesso aos documentos.

Embora o corpus da pesquisa tenha sido reduzido, foi possível constatar nos relatos alguns pontos e inferências. A primeira delas é que as instituições uniram-se basicamente pelos mesmos motivos, dentre eles: a falta de esclarecimento diante

⁹Edital Facepe 10/2008 de Apoio à Disponibilização, para a Pesquisa, de Laboratórios Multiusuários e de Acervos de Interesse Científico, cujo resultado contemplou o projeto intitulado “Ampliação da capacidade do Laboratório Multiusuário LIBER”.

das inúmeras incertezas trazidas com as novas tecnologias, a falta de cooperação interinstitucional em projetos multiusuários, dificuldades para preservação, conservação e restauração dos seus acervos físicos, falta de financiamento, capacitação e equipamentos para a digitalização, dentre outros.

No meio de todo esse cenário, houve em pouco tempo uma adesão muito grande a Rede, e esse interesse veio tanto de instituições públicas quanto privadas. De acordo com o Entrevistado D, pesquisador que participa da Rede também desde o seu início, *“a ideia da Rede Memorial atraiu e tem atraído muita gente entusiasta e a Carta do Recife está se proliferando em alguns lugares.”* Alguns dos motivos para que isso esteja ocorrendo serão discutidos no próximo tópico.

5.3 O TRABALHO EM REDE E AS SOLUÇÕES ALCANÇADAS

Uma vez expostas as principais dificuldades que levaram as instituições a unirem-se em rede, os questionamentos seguintes buscaram investigar como ocorre a dinâmica de trabalho da RMP e captar quais mudanças e melhorias a ela têm proporcionado aos envolvidos e à memória do Estado.

De acordo com o Entrevistado A, *“a partir da fundação da Rede Memorial pautas importantes foram discutidas entre pesquisadores e gestores das instituições de missão memorial da cidade do Recife.”* Cita inclusive, que algumas dessas pautas giravam em torno dos *“processos e padrões de digitalização de acervos, disseminação dos acervos, biblioteca digital, restauro e preservação de acervos, coleções especiais e raras, dentre outras.”*

O Entrevistado C afirma que no início o trabalho da Rede foi voltado inteiramente a fortalecer as discussões e de refletir sobre qual o tipo de capacitação era importante, quais os melhores meios de conseguir financiamento e tudo o que poderia ser feito de fato para mudar a realidade das instituições. Essas discussões, segundo ele, buscavam responder a algumas dúvidas de como a Rede atuaria, como: *“O que vamos fazer pra mudar a realidade dessas instituições que estão assim, numa situação de vulnerabilidade, numa situação de descaso, de esquecimento até da própria sociedade?”*

Ainda em seu relato, o Entrevistado C conta que uma das primeiras e mais importantes práticas do que estava sendo teorizado nas reuniões da Rede foi a elaboração da Carta do Recife, quando pessoas de diversas áreas, em sua maioria bibliotecários, museólogos, arquivistas e historiadores uniram-se para somar esforços e pensar o passo a passo do que poderiam fazer. Em 2012, com a Carta 2.0 sendo um desdobramento da primeira, e a Rede tendo os seus princípios estabelecidos, os vários profissionais passaram a escrever e desenvolver projetos juntos, obtendo aprovação em alguns de grande importância para a continuação do projeto.

O Entrevistado A, representante da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, apontou que um fator relevante para a instituição “foi o seu reconhecimento a nível nacional como entidade comprometida com a guarda de seus acervos memoriais.” De acordo com o ele,

O prêmio Memorial Digital (2014)¹⁰, promovido pela Rede Memorial, foi peça fundamental na estruturação do Laboratório Digital da BPE, onde o projeto visava a preservação científica, cultural e física do acervo de obras raras da BPE cuja idade, raridade, e precariedade do estado de conservação recomendam restrições do manuseio à finalidades bibliográficas específicas.

O entrevistado afirma ainda, que atualmente a BPE está desenvolvendo a sua Política de Digitalização, baseada em vários regulamentos já existentes em outras instituições que já vem desenvolvendo este tipo de trabalho, “abrangendo todo o processo e as técnicas de acordo com a nossa realidade hoje vivenciada.” E que alguns frutos já podem ser notados, como o projeto de digitalização que já está também gerando resultados positivos, “pois está atendendo um público remoto (de outros estados) que dificilmente seria atendido sem este recurso, já que o acervo digitalizado é disponibilizado via endereço eletrônico mediante comprovação da pesquisa”(Entrevistado A).

¹⁰ Edital de infraestrutura de laboratórios de reprodução de acervos memoriais de instituições comprometidas com políticas de digitalização que teve como objetivo disponibilizar equipamentos de digitalização e treinamento para as instituições dispostas a integrarem ou que já participam da rede nacional de instituições comprometidas com políticas de digitalização e preservação dos acervos memoriais no Brasil.

Para o Entrevistado B, pensar na disponibilização do acervo foi uma grande tarefa e contribuição da Rede. Se antes os acervos ficavam guardados e fechados ao acesso, por muitas vezes estarem em um estado delicado e impróprios para o uso, *“as instituições começaram a ver que não podiam cruzar os braços, que deviam trabalhar na preservação, conservação, digitalização e na divulgação do seu acervo, e tudo isso a partir de padrões”*.

Dessa forma, o trabalho da Rede buscou criar ambientes multiusuários, onde ocorresse a cooperação, a integração de serviços e ferramentas e a partilha de recursos, de forma a contribuir para a preservação e garantia de acesso a memória custodiada. O Entrevistado B afirma que *“por suas ideias irem de encontro ao paradigma custodialista, a Rede passou a mostrar meios de lidar com o acervo e exigir das instituições o todo esse trabalho”*.

A sua filosofia de colaboratividade foi, também, um fator de destaque e uma grande contribuição para as instituições. A ideia propagada de que elas juntas podem mais do que isoladas,

Pois muitas vezes isoladas elas estão fazendo as mesmas coisas e minando esforços, quando na verdade, se há um mesmo entendimento e uma mesma missão, [...] e se elas conseguem se juntar, esquecer um pouco as diferenças e se congregam nas semelhanças, objetivos mais sólidos são alcançados (Entrevistado D).

O Entrevistado D continua o seu relato afirmando que essa ideia mostra que isoladamente muitas vezes são alcançados objetivos de forma rápida, porém quando se quer alcançar um objetivo mais duradouro, e se abandona um modelo que preza pela competição para pensar a partir de um modelo de partilha e colaboratividade, é facilmente perceptível que não havendo competição, *“todos podem ganhar da mesma forma, todos tem a ganhar com a partilha de experiências, com as trocas”*.

Quando as instituições de memória passam a compartilhar dessa filosofia, desafios que antes pareciam inalcançáveis tornam-se possíveis. A partir da colaboração, já se pode visualizar, por exemplo, meios para promover, além da preservação ao patrimônio memorial, o seu acesso e, com isso, cumprir um dos seus mais importantes encargos.

[...] os mitos fundadores falam de um ente sobre-humano que tem o interesse de compartilhar. E compartilhar é uma forma de ser útil. Pense em uma biblioteca que não é acessível, uma biblioteca que está fechada, ela não é útil, ela pode se tornar um shopping perfeitamente, e um shopping vai ser mais útil do que uma biblioteca, se ela não for útil (Entrevistado D).

A partir dessa dinâmica de trabalho, ao longo dos anos a Rede conseguiu ser contemplada em editais de financiamento, bem como firmou parcerias e trabalhou em ações multiusuárias, que trouxeram enormes benefícios às instituições participantes. Exemplo disso foi a parceria com a CEPE – Companhia Editora de Pernambuco que permitiu, dentre outras coisas, a aquisição de equipamento de digitalização para operar nas instituições.

Dentre os projetos aprovados e desenvolvidos, o prêmio Memória Digital, citado anteriormente, foi um dos grandes resultados obtidos desde o início do trabalho em rede entre as instituições, por exemplo. Nesse prêmio, financiado pela Petrobrás, os melhores projetos de instituições em todo o Brasil foram selecionados. Algumas das instituições pernambucanas foram contempladas, recebendo todo o equipamento necessário para a digitalização de seus acervos e a capacitação de seus profissionais.

Uma vez que a RMP não era uma instituição, e sim uma articulação, o Instituto CLIO, organização social sem fins lucrativos de caráter cultural, educacional e de preservação da memória histórico-cultural, foi escolhido como o seu representante oficial como proponente e articulador dos projetos, representando a RMP nos editais e formalizando os programas.

Em seu relato, o Entrevistado A afirma que embora algumas pessoas tenham se desligado da Rede, *“talvez por não terem entendido verdadeiramente a essência de pensar e agir coletivamente, hoje em dia algumas instituições já procuram outras, procuram seus membros, em busca de se ter um trabalho mais articulado”* e tem se colocado à disposição de compartilhar os seus conhecimentos e potencialidades.

Então, na sua visão, a Rede já conseguiu, pelo menos nesses últimos tempos, *“disseminar o gérmen de que todas as instituições têm uma missão memorial, e que essa missão não é só de preservar os seus acervos, mas de fazê-los acessíveis, torná-los úteis”* (Entrevistado A).

Os relatos nos levaram à segunda constatação, que foi de que, embora a Rede seja uma articulação ainda muito recente, alguns dos seus resultados já podem ser mensurados. A partir das discussões e reflexões levantadas e do ensinamento da filosofia da cooperação, as instituições envolvidas iniciaram projetos entre si, de modo a pensarem juntas os melhores meios para driblar as suas deficiências e compartilharem seus recursos, infraestrutura, serviços e experiências umas com as outras.

No próximo tópico será exposta uma avaliação geral dos entrevistados sobre o trabalho realizado pela rede pernambucana, e serão exploradas também algumas características da RMP que, segundo os seus componentes, devem ser reavaliadas e aperfeiçoadas, pois podem comprometer o sucesso do projeto ou tornar mais difícil a tarefa de conseguir os seus melhores resultados.

5.4 AVALIAÇÃO DA RMP

Os questionamentos finais buscaram captar a visão de cada entrevistado quanto a real eficácia da Rede, as suas principais falhas, o seu trabalho em espalhar uma nova filosofia, e a diferença que este trabalho está fazendo na preservação e no acesso da memória do Estado. Todos os entrevistados, porém, concordam ser ainda é muito cedo para mensurar os resultados da Rede. O Entrevistado C cita:

[...] o que a gente está fazendo hoje vai mudar o amanhã, e a gente pensa que isso pode gerar bons frutos, mas talvez a gente nem veja todos os frutos acontecerem. Então a Rede vem emergindo como algo novo e importante e que aos pouquinhos vem quebrando alguns paradigmas.

Sobre os resultados até aqui alcançados, algumas mudanças que tem acontecido em Pernambuco podem ser mencionadas, como aprovação da lei estadual 15.529/2015, que estabeleceu a Política Estadual de Gestão Documental, uma nova legislação para a gestão e preservação dos documentos públicos, baseada no modelo de sistema, e tendo como os seus responsáveis o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e a Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, ambos da Rede Memorial.

Outras ações que estão sendo desenvolvidas foram citadas nos relatos, como a proposta de um mapeamento da Rede Memorial, uma análise de risco e guia que

pudesse explorar o universo da Rede, de forma a melhor nortear as ações de seus participantes, uma vez que a Carta do Recife ainda mostra pouco diante de tudo que deve ser feito; e a proposta do Selo Memória Cidadão, projeto futuro.

De acordo com o Entrevistado A, a concepção da Rede Memorial baseada na Carta do Recife foi atingida, uma vez que conseguiu reunir as instituições afins, porém o sistema que se apresenta ainda deixa a desejar. Afirma que

é necessário o planejamento mais concreto com relação ao caminhar deste projeto. Em organizar um cronograma de ações mais atuantes com realizações de reuniões, encontros ou até seminários e congressos para discutir os avanços obtidos, bem como os problemas encontrados nas instituições que fazem parte deste sistema.

Quando perguntados sobre as deficiências da Rede, alguns dos entrevistados afirmam que ainda existem algumas fragilidades que precisam ser avaliadas para que ela funcione da melhor forma e se potencialize. Um dos problemas apontados pelo Entrevistado B foi, por exemplo, com relação à uma comunicação muito frágil. Cita também que a dinâmica de trabalho precisa ser reavaliada e que a colaboração entre as instituições acontece ainda de forma muito pontual.

Dessa forma, quando perguntado sobre o futuro da Rede, a sua visão é de que a Rede precisa reavaliar a sua missão, e deixar claros os seus objetivos para que o trabalho tenha um melhor direcionamento. *“A Rede irá preservar fisicamente? Ou somente digitalizar? A Rede de fato se propõe a viabilizar o acesso, ou caberá as instituições proverem a disponibilidade dos seus acervos?”* (Entrevistado B).

Isto porque, de acordo com o relato desse entrevistado, *“hoje um dos grandes nós das instituições é a questão dos Sistemas de Informática para viabilização dos acervos após a digitalização”*, no entanto em sua opinião, não existiu ainda apoio e colaboração com relação aos padrões de digitalização, e *“ninguém conseguiu desenvolver e implantar um software de gerenciamento de dados customizado que suportasse a infinidade de tipos de acervo para disponibilizá-lo”*, deixando o trabalho inacabado.

Ainda segundo ele, esse quadro mostra que as instituições estão realizando as suas atividades, mas aos poucos algumas delas estão abandonando o que a Rede havia proposto no começo, e elas não dialogam de forma a articular melhor os seus trabalhos.

Percebendo os impactos dessa dificuldade, no relato do Entrevistado B ele afirma que o motivo para isso é que as instituições ainda não conseguem completamente trabalhar em rede. Embora todas acreditem no poder da colaboratividade,

“o que acontece na prática é que elas se reúnem em prol de alguns projetos específicos – e uma instituição sempre acaba mais sobrecarregada ou requisitada – mas o trabalho não é contínuo, cada uma continua trabalhando na sua estrutura, que não é articulada em rede.”

O Entrevistado D afirma que já se nota muito avanço nas relações reticulares entre as instituições do Recife, da região, e entre outros estados e regiões, mas ainda existem pessoas no paradigma da competição que não entendem a lógica da partilha. Segundo ele talvez essa transformação demore muito pra acontecer, e que *“na mudança de paradigmas sempre existe um momento de vigência simultânea, então vão existir sempre práticas antigas apesar do novo”*.

De fato, todos concordaram que ainda existe um longo percurso a ser trilhado até que ocorra de fato uma mudança de pensamento e de determinadas atitudes. Concordam também que embora a Rede possa ser mais enfática, ainda é cedo para calcular as mudanças, pois processos históricos tendem a ser mais longos, e só mais adiante essas mudanças poderão ser percebidas com mais propriedade.

Se cada instituição se propõe a preservar e dar acesso, ela vai buscar meios que possibilite isso de acontecer. Então o que a rede busca não é a mudança de uma instituição, ela está buscando uma mudança de mentalidade, isso demora muito mais a acontecer (Entrevistado B).

Sobre o futuro da rede pernambucana, o Entrevistado D afirma que existe fortemente uma noção entusiasta de que nos próximos anos a Rede Memorial e a Rede Memorial de Pernambuco vão poder realmente visualizar aquilo que defendem, essa natureza colaborativa que o homem em algum momento abandonou.

[...] em algum momento no passado a gente precisava muito do grupo, o grupo fortalecia o sujeito, depois de determinado momento, quando a tecnologia evolui, quando a ciência evolui, os homens acabam se isolando, acabam buscando ser competitivos. E nesse outro momento a gente vê um retorno, a gente vê essa curva da competição descendo para um regime de colaboração. Então parece que é uma coisa meio cíclica que vai regendo o universo (Entrevistado D).

Por fim, todos os entrevistados, gestores e pesquisadores da Rede que responderam as entrevistas deste trabalho, consideraram importante salientar essa questão da colaboratividade. Alguns questionamentos foram lançados, como: O que é um trabalho colaborativo? Como as pessoas podem trabalhar em colaboratividade? Por que para o brasileiro ainda é tão difícil enxergar essas teias de relações, e essas vivências em conjunto, de pensar essa inteligência coletiva, de pensar esse caminho?

O Entrevistado C conclui o seu relato afirmando que *“A gente se esbarra o tempo todo, é com o espírito da competição. A gente pensa exatamente de uma forma diferente, sem hierarquia, e que ainda existe a solidariedade, então é esse caminho que a gente tem que buscar.”* Desvendar essas questões e mostrar caminhos parece ser então, um dos grandes objetivos da Rede.

Diante disso, as últimas constatações feitas foram em primeiro lugar quanto às fragilidades da rede pernambucana, que a partir dos relatos pode-se observar que alguns aspectos essenciais para o seu funcionamento requerem maior atenção e, talvez, uma reavaliação. Alguns dos principais problemas detectados foram: problemas de comunicação; a falta de apoio com relação à construção de padrões de digitalização e de gerenciamento de dados; as poucas iniciativas em torno do acesso, dentre outros.

Constatamos ainda, que a dinâmica de trabalho da Rede precisa ser planejada de forma mais concreta, de modo que exista um cronograma de ações e de encontros, além de reuniões periódicas, tanto para o planejamento do que se pretende para o futuro, quanto para que se exponham os avanços e resultados obtidos.

Uma última deficiência detectada foi a questão da colaboração que, segundo os entrevistados, acontece ainda de forma pontual. As instituições embora comunguem das ideias do trabalho em rede e acreditem no seu poder, parecem ainda não terem encontrado caminhos práticos para fazer isso de forma orgânica, assídua e comprometida. Embora elas se reúnam em prol de alguns projetos específicos, o trabalho articulado em rede ainda não é contínuo, não é incorporado ao dia a dia das instituições e suas estruturas.

Já existe, porém, algum avanço nas relações e no diálogo entre as instituições memoriais do Recife, bem como iniciativas de pessoas na busca de romper definitivamente com as ideias de competição, que impedem um trabalho multiusuário. A desconstrução desse paradigma competitivo é um dos grandes desafios assumidos pela Rede, e isso já vem acontecendo, embora ainda não possa ser precisamente mensurado nesse momento.

Por fim, observando a Carta do Recife, onde estão descritos alguns dos princípios e compromissos que regem as práticas da RMP, podemos observar que a RMP está, aos poucos, cumprindo com o que ela se propõe, embora seja necessário repensar algumas práticas e reforçar outras, principalmente no que tange as ações que contribuam para o acesso público aos acervos; o estabelecimento de padrões e normas de preservação digital seja para a digitalização, para o tratamento desses documentos ou para o seu gerenciamento e compartilhamento; e desenvolver projetos que eduquem os envolvidos de modo a fortificar no grupo o pensamento da colaboratividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação dos registros da memória, como foi mostrado, é uma preocupação que data de longo tempo. Porém, boa parte das instituições de memória responsáveis por essa tarefa há muito vêm sofrendo com a falta de recursos e o abandono do poder público, ao passo que o seu antigo labor na guarda da memória vem também sofrendo profundas mudanças. Se antes predominava o paradigma custodialista, hoje o reconhecido poder de transformação social, cultural, política e econômica da informação faz do seu acesso um dos principais desafios para os profissionais da informação.

Nesse contexto essas instituições se veem forçadas a repensar as suas práticas e buscar soluções criativas e democráticas para cumprir o seu papel social e atuar com mais eficácia em prol da preservação e do acesso ao patrimônio documental. Ao mesmo passo, as sociedades contemporâneas passam também a enxergar meios alternativos e soluções inteligentes, como o trabalho colaborativo, mais integrado e em rede, e a consciência dos seus inúmeros benefícios para todos os envolvidos.

A Rede Memorial de Pernambuco, que foi analisada nesse estudo, surgiu como uma importante articulação para pensar nessas soluções e unir forças a fim de alcançá-las. Quando as instituições se viram como pertencentes a um sistema memorial que, muitas vezes, enfrenta as mesmas dificuldades e anseiam as mesmas conquistas, entenderam que a sua união e colaboração mútua poderia representar a forma mais rápida e eficaz de melhorar as suas situações, a filosofia básica da RMP estava assim criada.

Pensando nisso, o problema tratado durante a pesquisa procurou investigar se a criação e o trabalho desenvolvido por essa rede estão contribuindo de fato para a preservação e o acesso dos registros de memória custodiados pelas instituições pernambucanas que dela participam. Seu objetivo girou em torno de apresentar a Rede Memorial de Pernambuco e a sua real eficácia, a partir da visão de alguns de seus representantes.

No decorrer do trabalho foram explicados os conceitos de memória para a CI, seguindo uma concepção Otletiana; de sistema memorial, seguindo a abordagem do pensamento sistêmico de Bertalanffy; de preservação documental; e de colaboratividade, com o objetivo de fornecer um embasamento teórico para o melhor entendimento do assunto explorado. Todos esses conceitos foram fundamentais para a construção da análise e a conclusão aqui apresentada.

A partir da coleta de dados feita através das entrevistas com pesquisadores e representantes-chave das instituições pernambucanas escolhidas, foi possível adentrar um pouco no universo da RMP e entender como funciona a sua dinâmica, a realidade vivenciada, quais os fatores que mais influenciaram as instituições a aderirem ao projeto, bem como as dificuldades e soluções comuns encontradas a partir da cooperação mútua, a eficácia da Rede, as suas fragilidades e expertises.

Alguns pontos e inferências foram constatados nos relatos, como a difícil realidade que algumas instituições enfrentam tanto por motivos como a falta de esclarecimento diante das inúmeras incertezas trazidas com as novas tecnologias, a falta de cooperação interinstitucional em projetos multiusuários, dificuldades para preservação, conservação e restauração dos seus acervos físicos, quanto principalmente pela falta de financiamento e incentivo público, capacitação e equipamentos para a digitalização. Esses e outros motivos fizeram estas instituições unirem-se.

Pudemos constatar também, que o trabalho desenvolvido já vem dando alguns frutos, embora a Rede seja uma articulação ainda muito recente. A partir das discussões e reflexões levantadas e do ensinamento da filosofia da cooperação, as instituições envolvidas já passam a ver e mensurar resultados. Elas iniciaram projetos entre si, de modo a pensarem juntas os melhores meios para driblar as suas deficiências e compartilhem seus recursos, infraestrutura, serviços e experiências umas com as outras, realizando assim um trabalho mais sustentável e eficaz.

A pesquisa revelou que a criação da RMP auxiliou, desse modo, na formação de um sistema memorial colaborativo, que integra serviços e ferramentas e partilha os seus recursos. As várias parcerias firmadas ao longo dos anos, e as ações multiusuárias trouxeram enormes benefícios às instituições participantes, além de

grandes saltos, ao conseguir ser contemplada em importantes chamadas públicas para projetos. Dentre as iniciativas que tiveram grande relevância para os resultados da Rede, destaca-se o prêmio Memória Digital, que ofertou aos projetos contemplados todo o equipamento e a capacitação necessários para a digitalização dos acervos de suas instituições.

Esse quadro mostrou que em pouco tempo muito trabalho já foi realizado, graças a uma mudança de visão e postura por parte desse grupo de instituições e pessoas, ao transformarem a antiga cultura de rivalidade e competição em cultura de colaboração.

As fragilidades da rede pernambucana, detectadas no estudo e destacadas nos relatos, mostraram que alguns aspectos essenciais para o seu funcionamento requerem maior atenção e, talvez, uma reavaliação. Alguns dos principais problemas detectados foram: problemas de comunicação; a falta de apoio com relação à construção de padrões de digitalização e de gerenciamento de dados; as poucas iniciativas em torno do acesso, dentre outros. Tais características mostram a importância de um sistema de auto avaliação e a necessidade de um constante feedback que guie os passos da RMP.

Para isso, de acordo com o que foi observado, a dinâmica de trabalho da Rede deve ser reavaliada e planejada de forma mais concreta, de modo que exista um cronograma de ações e de encontros, além de reuniões periódicas, tanto para o planejamento do que se pretende para o futuro, quanto para que se exponham os avanços e resultados obtidos. Esses resultados são essenciais para o fortalecimento da rede e a valorização do trabalho realizado.

Um último ponto frágil detectado foi a colaboração que, a partir dos relatos, mostrou que ainda acontece de forma pontual. As instituições envolvidas nesse trabalho, embora comunguem das ideias de rede e acreditem no seu poder, parecem ainda não terem encontrado caminhos práticos para fazer isso de forma orgânica, assídua e comprometida. Embora elas se reúnam em prol de alguns projetos específicos, o trabalho articulado em rede ainda não é contínuo, não é incorporado ao dia a dia das instituições e suas estruturas. Este parece ser um reflexo dos pontos que necessitam de reavaliação, citados acima.

Embora tal característica tenha um peso considerável, já existe, porém, algum avanço nas relações reticulares e no diálogo entre as instituições memoriais do Recife, e em todo o Brasil. Já existem em todos os setores da atividade humana iniciativas de pessoas na busca de romper definitivamente com as ideias de competição, que impedem um trabalho multiusuário e colaborativo. A desconstrução desse paradigma competitivo é um dos grandes desafios assumidos pela Rede, e isso já vem aos poucos acontecendo, embora ainda não possa ser tão mensurado por se tratar de um processo histórico que leva tempo.

Para concluir, consideramos importante observar que a Rede Memorial de Pernambuco está, aos poucos, cumprindo com o que ela propôs em suas cartas, embora seja necessário o exercício constante de fortalecer o espírito da colaboratividade e mostrar meios para isso, além de repensar algumas práticas e reforçar outras, principalmente no que tange as ações que contribuam para o acesso público aos acervos, ao desenvolvimento social e a geração de cidadãos que usufruam melhor de seus direitos.

No mais, os objetivos gerais e específicos do trabalho em questão foram atingidos, e mesmo sendo cedo demais para compreender as mudanças que o projeto da Rede Memorial, e em especial a de Pernambuco está realizando, já é possível afirmar que o patrimônio da memória histórica e cultural do Estado, após sofrer um longo período de invisibilidade e vulnerabilidade, está hoje sendo preservado e zelado para o futuro.

REFERENCIAS

- ARAUJO, Carlos Alberto A.. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 16, p. 110-130, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, Aldo de A. Questão da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- BERNARDI, Amarildo José. Informação, comunicação, conhecimento: evolução e perspectivas. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 39-44, Apr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862007000100004&lng=en&nrm=iso>. acessado em 30 Maio 2016.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - BPE. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pe.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO. Anais do ENANCIB. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CAPURRO, Rafael.; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n. 1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CARTA DO RECIFE. 2011.

CARTA DO RECIFE 2.0, 2012.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. In: **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil**. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHERRY, Colin. **A comunicação humana**: uma recapitulação, uma vista de conjunto e uma crítica. São Paulo: Cultrix, 1968.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Elsevier, 2006.

CGU, Controladoria Geral da União. **Rumo a uma cultura de acesso à informação**: a Lei 12.527/2011. Módulo I. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://escolavirtual.cgu.gov.br/ead/course/view.php?id=283>>.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**: projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, dec. 2012. ISSN 2178-2075. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48651/52722>>. Acesso em: 13 mar. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i2p3-27>.

CURVELLO, J. J; SCROFERNEKER, C. M. A. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de NiklasLuhmann e Edgar Morin. E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v. 11, n. 3, set./dez. 2008.

DEMPSEY, Lorcan. Scientific, industrial, and cultural heritage: a shared approach: a research framework for digital libraries, museums and archives. *Ariadne*, v.22, 2000. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue22/dempsey/>>. Acesso em: 5 Mar. 2016

DODEBEI, Vera Doyle. Memória e Patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Revista Aurora*, São Paulo, n. 10, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4614>>. Acesso em 10 ago. 2016.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangana, 2009. p. 251-264.

_____. A redescoberta do trabalho coletivo. In: Azevedo Netto, Carlos Xavier de, (Org). *Informação, patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

_____. O Dilemma do Pharmacon. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 41, n. 1, apr. 2012. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1350>>. Acesso em: 10 jun 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA JUNIOR; et al. A Missão da Rede Memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. *Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, v. 21, n. 1, jan./abr. 2015.

GOUVEIA JUNIOR, Mário; GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 207-217, set/dez. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Fundamentos da preservação documental no Brasil**. Acervo. Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.13-30, jul./dez. 2010.

KASPER, Humberto. *O Processo do Pensamento Sistêmico: um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referência proposto*. 2000. 308 f.

Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência Da Informação**. Tradução De Maria Yêda F. S. De Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet De Lemos/Livros, 1996

LE COADIC, Yves-François. Science de l'information. *In* :*Dictionnaireencyclopédiquedel'information et de la documentation*. 2ème édition. Paris: Nathan, 2001. p. 516-523.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, Campinas, Editora UNICAMP, 1990.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual? Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4ªed. São Paulo. Loyola, 2003.

MARIOTTI, Humberto. As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade. São Paulo: Palas Athena, 2000.

MARTELETO, Regina Maria, RIBEIRO, Leila Beatriz. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.11, n.1, p.57-85, jan./jun. 2001.

MESSIAS, L. C. S., MORAES, J. B. M.. Informacao: conceitos e terminologias na area de ciencia da informacao. . In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO. Anais do ENANCIB. Belo Horizonte : UFMG, 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O Método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina; 2002.

_____. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **O método 1: a natureza da natureza.** Tradução: Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Estudos Históricos. São Paulo: PUC, 1984.

OLIVEIRA, Maria Cristina G. *O uso social da informação na rede de desenvolvimento de Santo Amaro.* 2007. 164f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. *O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação.* 2010. 194 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3 n.3, p. 216-239, set./dez. 2009. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3613/2745> >. Acesso em: 23 Jun. 2016.

PARENTE, André. Pensar em rede: do livro às redes de comunicação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v.23, n.1, p.167-174, 2000.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa . A Proteção Constitucional ao Patrimônio Cultural: a ação civil pública como instrumento de efetividade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS, 2012. Fortaleza. Anais do Encontro Internacional de Direitos Culturais. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2012.

PINHEIRO, Lena V. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. In: *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005 p.13 a 47.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). *Preservação documental: uma mensagem para o futuro.* Salvador: UFBA, 2012. p. 23-40.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Fernanda. **Gestão da informação/preservação da memória na era pós-custodial**: um equilíbrio precário. 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/39365>>. Acesso em: 6 set. 2016.

SANTOS, Valéria S.; LIMA, Marcos G.; SOARES, Sandra V. Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas. **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, 2015.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHUBIN, Neil. **A história de quando éramos peixes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. *Análise de risco e preservação digital: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial de Pernambuco*. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARELA, Aida Varela. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (Org.). *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006. p. 15-32.

WERSIG, Gernot; NEVELLING, U. The phenomena of interst to information scientist. V.9, n. 4, 1975.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE: Roteiro para entrevistas semi-estruturadas

Objetivo: Entender a relação do entrevistado com a Rede Memorial de Pernambuco e a sua opinião sobre determinados pontos, baseada na experiência vivida com a sua instituição. Buscamos compreender como funciona a dinâmica de trabalho, e se a Rede realmente está contribuindo para a preservação e o acesso à memória do Estado.

DATA/LOCAL

DADOS PESSOAIS (Nome, Instituição)

1. Como e quando se deu a sua entrada na Rede?
2. Em qual contexto se encontrava a sua instituição nesse momento?
3. Quais dificuldades foram comuns entre a sua instituição e as demais participantes da Rede?
4. Quais mudanças e melhorias a Rede proporcionou nesse sentido?
5. Como funciona hoje a dinâmica de trabalho da Rede?
6. Em sua opinião o trabalho realmente está acontecendo colaborativamente?
7. Você percebe falhas na Rede?
8. Em sua opinião, ela tem conseguido cumprir ao que se propõe?
9. Como você avalia a eficácia da Rede a partir das mudanças ocorridas na sua instituição?

ANEXO: Carta do Recife 2.0

REDE MEMORIAL



REDE NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES COMPROMETIDAS COM
POLÍTICAS DE DIGITALIZAÇÃO DOS ACERVOS MEMORIAIS DO
BRASIL

PRESERVAÇÃO E ACESSO

No atual contexto de desenvolvimento da sociedade da informação e da expansão da economia da cultura e da cultura digital no Brasil, é imperativo definir uma política pública para a digitalização de acervos memoriais (referentes ao patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiros). Uma tal política, de alcance nacional e que envolva os três níveis da Federação e as instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos de valor cultural, será essencial para orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que tem oferecido recursos públicos e privados para a reprodução digital dos acervos e a sua publicação na rede mundial de computadores (internet).

Entendemos ainda que os investimentos públicos na digitalização dos acervos devem estar orientados para uma política nacional de produção de conteúdo para a internet, contribuindo para a redefinição positiva da presença da língua portuguesa e da cultura nacional.

Um primeiro passo foi dado com o Memorando de intenções que resultou dos encontros de 5 de julho e 2 de agosto de 2007 promovidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Assinam este documento diversas entidades, públicas e privadas. Trata-se de um esforço para definir diretrizes de uma política pública de apoio a produção de conteúdos digitais. Segundo o documento, “[...] frente ao desenvolvimento de novas mídias, como a Internet, a TV Digital e as mídias móveis, bem como sua convergência, o país tem a oportunidade de presenciar grande valorização de seus acervos, e o enorme desafio de preparar-se nos próximos anos para ser um grande produtor de conteúdo, sendo imprescindível assegurar que a

cultura brasileira preencha esses espaços essenciais à evolução de nossa identidade no século XXI”.

Foi neste sentido que o Ministério da Cultura, em associação com o Projeto Brasileira USP (da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP) e a Casa de Cultura Digital, organizou o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais (SIPPAD), realizado na cidade de São Paulo entre 26 e 29 de abril de 2010. Nele estiveram reunidos especialistas e profissionais do Brasil e do mundo para a troca de experiências, conceitos e soluções tendo em vista a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro. Como se estabeleceu na carta de intenções dos organizadores do SIPPAD, “a digitalização dos acervos culturais do Brasil tem se tornado uma tarefa de grande urgência, solicitando uma reflexão sobre os limites impostos pela atual legislação do direito autoral, as novas tecnologias, os padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede efetiva entre as instituições e os projetos já existentes”.

Outro passo importante foi dado com a resolução n. 31 do Conselho Nacional dos Arquivos (Conarq), de 28 de abril de 2010. Este documento, que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, procura auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização. O documento estabelece as diretrizes gerais para o processo de digitalização dos acervos, entendido como “uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais”. Por outro lado, a Biblioteca Nacional, com a sua Biblioteca Digital, tem indicado soluções técnicas e caminhos importantes para a construção de uma rede nacional de acervos digitais.

Outras iniciativas ganham corpo no país, sugerindo a possibilidade de criarmos mecanismos efetivos de colaboração – para fortalecer os projetos em curso e preparar a proposição de novos. Entre estas, devemos destacar a Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco, que reuniu, em 2008, o Museu

da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Laboratório Liber da UFPE, com o objetivo de “promover cooperação interinstitucional através da realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco”. Esta Rede propõe um modelo de ação que esperamos ampliar em escala nacional e a formulação de seus objetivos devem nortear a formação desta Rede Nacional, com o escopo de “estabelecer uma rede de acervos e pesquisadores integrados em uma estrutura lógica interoperável e interinstitucional, com a manifesta intenção de partilhar de forma inteligente recursos humanos, financeiros, tecnológicos, saberes e capacidades específicas de cada parte, em benefício do bem comum e do patrimônio cultural, unindo em iniciativas comuns áreas onde a duplicidade de esforços resultam em desperdício de tempo e recursos”.

O Ministério da Cultura (instigado pela importante atuação do Fórum da Cultura Digital) tem liderado as iniciativas para a formulação de uma política pública de digitalização dos acervos memoriais. Neste sentido que o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, determinou (no item 3.1.17 do seu anexo “Diretrizes, estratégias e ações”) a necessidade de implementação de “uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos”.

Estamos claramente de acordo. Contudo, nosso entendimento é que tal política deverá ser construída não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. No contexto de (r)evolução permanente da tecnologia, a fixação de padrões e procedimentos devem estar necessariamente colados no cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital.

Na lógica peculiar da cultura digital, as iniciativas ganham vigor e visibilidade a partir da inventividade fragmentada e, ao mesmo tempo, interconectada – característica da imensa rede que se constrói com o esforço colaborativo de milhares (ou milhões) de atores individuais ou coletivos. Entre estes tem se destacado as corporações (entre elas, as grandes corporações), cujos interesses

privados contrastam, por muitas vezes, com o bem público. As instituições culturais responsáveis pela preservação e pelo acesso dos acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido (de forma ainda desconexa) diversas iniciativas de reprodução e publicação na internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos – movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI.

O Fórum do Recife e a carta 1.0

No dia 14 de setembro de 2011, durante a CTCM (Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: Estratégias para a preservação e o acesso à informação), na cidade do Recife, realizamos, na sala do conselho do Instituto Ricardo Brennand, uma primeira reunião de representantes de instituições públicas e privadas envolvidas (ou desejosas de se envolverem) com projetos de digitalização dos seus acervos. A reunião tinha por principal objetivo, a discussão de caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira.

Nesta ocasião, os representantes das instituições decidiram estabelecer uma rede nacional, denominada Rede Memorial, tendo por base uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

Neste primeiro momento, a Rede Memorial assumiu três compromissos e estabeleceu a necessidade de desenvolver três dimensões de padronização. São estes os seis princípios, definidos nesta Carta do Recife 1.0, para uma política de digitalização dos acervos sob a responsabilidade das instituições participantes.

O II Fórum da rede memorial

O II Fórum da Rede Memorial foi realizado nos dias 21 e 22 de junho de 2012, na Cinemateca Brasileira, na cidade de São Paulo. No segundo dia do Fórum, três grupos de trabalho se reuniram (Digitalização e Preservação Digital; Metadados e Arquitetura da Informação de Repositórios Digitais; e Diagnóstico das Instituições e Estruturação da Rede) e discutiram sugestões para uma nova versão da Carta do

Recife, que foram incorporadas pelo Comitê Gestor. Esta nova versão da Carta do Recife contempla dez orientações e princípios para nortear as atividades dos participantes da Rede Memorial.

Dez princípios e compromissos para a digitalização dos acervos memoriais

1. Compromisso com acesso aberto, público e gratuito

Os membros da rede afirmam seu compromisso com a difusão dos acervos sob custódia, garantindo o acesso universal, preservados os direitos do autor, aos documentos digitalizados e à democratização da cultura. Neste sentido, os participantes da Rede manifestam sua adesão aos protocolos abertos, para permitir que os documentos e seus metadados sejam acessíveis por diversos serviços de busca e compartilhados pelos repositórios digitais.

2. Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia

Os membros da Rede se comprometem em compartilhar suas experiências, o desenvolvimento de soluções tecnológicas e também apoiar projetos comuns para a melhoria dos repositórios digitais e dos procedimentos de digitalização e preservação da memória digital.

3. Compromisso com a acessibilidade

Em relação à *acessibilidade web*, os membros da Rede se comprometem em realizar todos os esforços para atender às recomendações e padrões do W3C (*World Wide Web Consortium*), que determina padrões para acessibilidade, no espírito do design universal. Neste sentido, deveremos trabalhar para conseguir as validações de padrões de acessibilidades, certificações, oferecidos pelo W3C no projeto *Web Accessibility Initiative (WAI)*. Um primeiro esforço deve ser feito para aperfeiçoar as tecnologias de OCR e mesmo realizar a revisão direta dos textos, pensando em implementar softwares leitores de tela e outras iniciativas, seguindo a orientação da *Web Content Accessibility Guidelines*.

4. Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização

Considerando que toda informação imagética ou sonora, bi ou tridimensional, em qualquer suporte ou formato é considerada documento e, em cada disciplina e área do conhecimento esses registros documentais possuem métodos, técnicas e práticas para a identificação, organização e tratamento para preservação, deverá ser compromisso dos membros da Rede o atendimento dessas especificidades antes de iniciarem quaisquer projetos de digitalização nestes documentos.

5. Padrões de captura e tratamento de imagens

A Rede entende que o processo de digitalização de um documento consiste na transformação da informação de um suporte físico analógico em uma cópia digital, com a maior fidelidade ao original possível. Esta cópia materializa-se em um conjunto de códigos que podem ser manipulados por programas de computador e reproduzir, em dispositivos de visualização, a imagem originalmente capturada. A Rede tem o compromisso do constante desenvolvimento e atualizações de recomendações e melhores práticas, seguindo e ampliando os padrões já definidos no documento “CONARQ – Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes” para incluir outros tipos de suportes e atualizações.

6. Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais

A chave para o acesso homogêneo à recursos heterogêneos reside nos metadados destes mesmos recursos. Os membros da rede se comprometem a trabalhar e compartilhar os conhecimentos ligados a sistemas que permitem a leitura destes metadados, que estão presentes nos próprios recursos ou em base de dados construídos com plataformas que permitem a disseminação e futura migração destas informações.

7. Padrões e normas de preservação digital

Com a digitalização dos acervos memoriais é imprescindível estabelecer uma política para preservação de longo prazo dos objetos digitais. Esta política deverá abranger inclusive padrões e normas para a preservação digital como também a formação de profissionais para atuar nesta área. A Rede tem como meta do trabalho a ser realizado analisar as recomendações existentes e produzir processos e

normas para as devidas estratégias de preservação digital a longo prazo, buscando inclusive a aderência aos padrões internacionais.

A definição de diretrizes para decidir se um determinado material será preservado digitalmente é também um aspecto importante. Sem tais critérios, corre-se o risco de se gastar esforço e recursos valiosos na preservação de material digital que terá pouco valor no futuro. Assim, será necessário definir normas para a seleção e definição de quanto será digitalizado e preservado digitalmente.

Será necessário também sensibilizar os diversos *stakeholders* (autores e seus herdeiros, leitores, instituições que mantêm os acervos, depósitos legais, bibliotecas, editoras, governos) envolvidos com os acervos memoriais para a questão da preservação digital de longo prazo.

8. Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal

Todos estes trabalhos só podem ser realizados com um intenso processo de pesquisa, educação e formação de pessoal. A Rede Memorial tem como compromisso desenvolver projetos nestas áreas.

9. Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade

A Rede Memorial tem como compromisso também pensar em metodologias para avaliar a eficácia de projetos de difusão de acervos. O desenvolvimento de programas de marketing e educação nas instituições pode ter um impacto grande para promover a inserção dos acervos, digitalizados ou não, na vida diária da sociedade.

10. Direitos autorais

A questão da propriedade intelectual é um aspecto importante a ser respeitado. Os acervos memoriais podem possuir materiais que ainda não estejam em domínio público. Torna-se, portanto, necessário estabelecer bases legais para permitir a preservação e difusão digital deste material e a criação de sistemas de gerenciamento da situação da propriedade intelectual e do controle da autenticidade do material digital.